

**IICA**



**AÇÃO DO IICA NO BRASIL  
1987 - 1993**

**ESCRITÓRIO NO BRASIL**



1907-1917

1917-1918

1918-1919

1919-1920

1920-1921

113A  
EIA T.022

**IICA/INDIA**

Unidad Ejecutiva de  
Documentación e  
Información Agrícola

001 / 1994

1101 — 0101A

**AÇÃO DO IICA NO BRASIL  
1987-1993**

**Brasília, Janeiro de 1993**



## **1. A Ação do IICA no País e a Política Agropecuária Nacional**

O diagnóstico setorial realizado entre 1991 e 1992, conclui que o setor agropecuário, sem quaisquer dúvidas, deverá continuar desempenhando um dos mais importantes papéis na economia dos anos 90 sendo necessário no entanto, introduzir sérias e profundas mudanças.

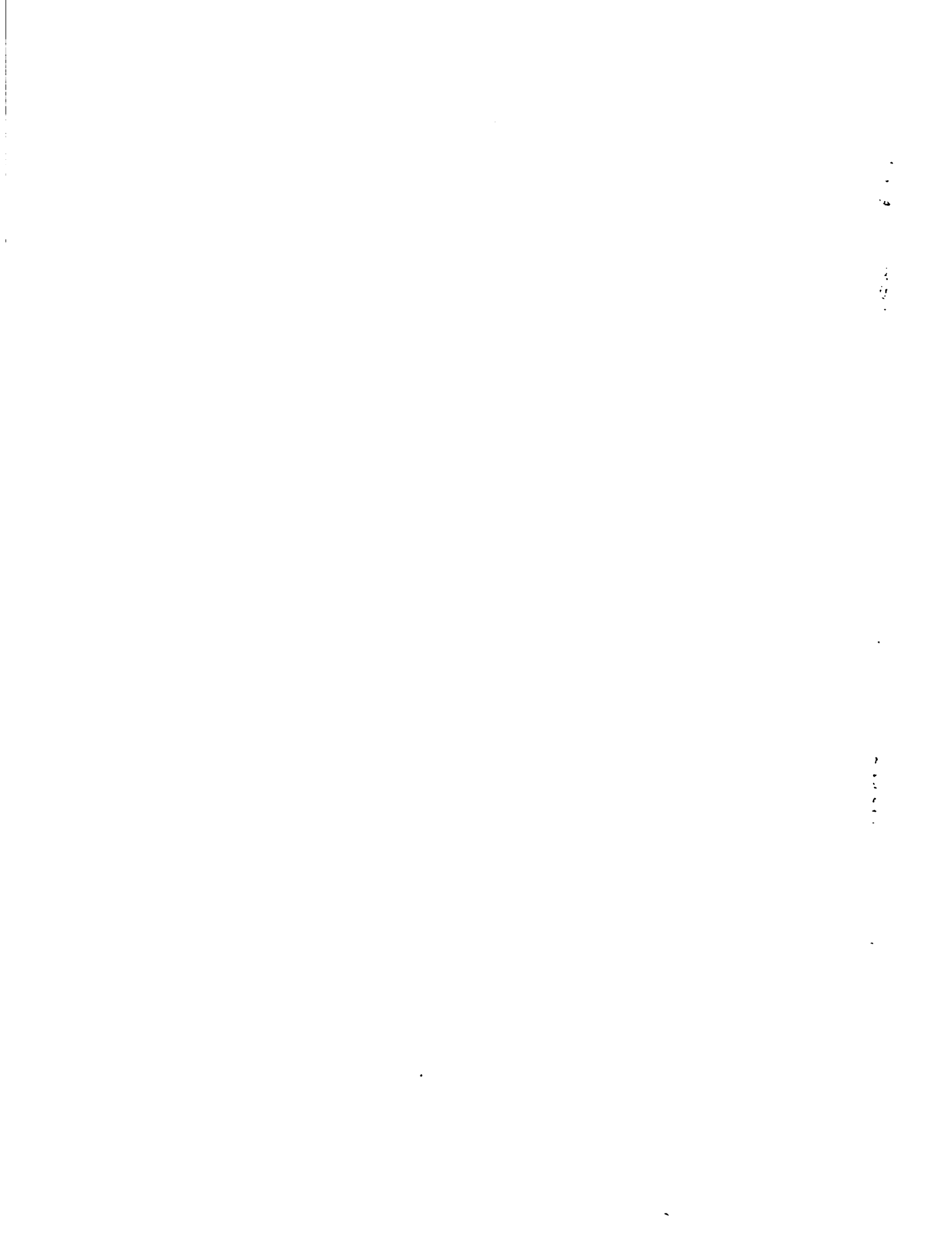
O setor, deverá proporcionar adequada oferta de alimentos, gerar divisas diretas e indiretas através da produção de matérias primas, gerar empregos produtivos e utilizar eficientemente os recursos naturais disponíveis para obter uma produção auto-sustentada. Isso, significará uma redução da carga tributária e esforços especiais para assegurar um crescimento agrícola eficiente, de formas a permitir melhorar o padrão de vida da população rural menos favorecida.

A estratégia iniciada pelo governo federal a partir de 1990, foi de tentar: a) acabar com as distorções de políticas entre setores, b) diminuir a intervenção oficial no crédito agrícola e na compra e venda de produtos na comercialização, c) dar apoio à pesquisa agropecuária e a outras possíveis medidas voltadas para o melhoramento da produtividade, d) melhorar a infraestrutura rural essencial, e) completar cadastro de terras, registro e titularidade, f) impulsionar o cumprimento da legislação dos impostos sobre terras que melhorem o funcionamento dos mercados de terras e g) incrementar a base fiscal para investimento público. Paralelamente, buscar-se-ia dirigir especial atenção para os crescentes problemas de pobreza rural e desequilíbrio regional.

A partir da estratégia mencionada e da descrição dos objetivos da política econômica para a agricultura, deduziu-se que o setor demandaria cooperação técnica para implementar as mudanças esperadas, assim como também levar adiante a integração espacial e a compatibilização com outras políticas de ajuste nos planos industrial, fiscal e monetário.

Dessa forma, surgiu como objetivo prioritário da cooperação técnica requerida pelo governo, o apoio na formulação e execução de ações destinadas a: a) elevar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros nos mercados internacionais, b) aumentar a produção para melhorar o abastecimento e gerar excedentes estratégicos, c) melhorar as ações de defesa e preservação do meio ambiente.

Em termos genéricos, a ação do Governo Federal entre 1990 e 1991, derivou num processo de recessão aguda, desemprego, redução de arrecadação, falta de recursos financeiros para a maior parte das áreas de ação governamental tais como educação, saúde, assistência social, transportes etc, o que levou ao agravamento da situação social e econômica e a sérios entraves políticos para o Governo Collor como decorrência de distanciamento e desentendimento progressivos entre os poderes Legislativo e Executivo.





O surgimento em meados de 1992, de denúncias e posteriores evidências afetando negativamente as autoridades constituídas, agravaram gradualmente a desconfiança e descrédito já existentes. Exacerbaram-se indefinições, discontinuidade e certa desordem nas esferas econômica, política e social, o que limitou a evolução do programa econômico e desgastou acentuadamente as próprias autoridades federais.

Instaurou-se no país um processo de crescente paralisia face à evolução do episódio político que culminou com a renúncia de Fernando Collor à Presidência da República nos últimos dias do mês de dezembro de 1992. O Vice-Presidente Itamar Franco, em exercício da Presidência desde inícios do mês de outubro de 1992, assumiu definitivamente o cargo e isso, fez com que as propostas que vinham sendo delineadas e sedimentadas desde a sua interinidade, passassem a estruturar-se como o rumo da política nacional.

O projeto nacional de desenvolvimento, estabelece objetivos econômicos, sociais e políticos, define um crescimento com eficiência, equidade e liberdade e considera estes objetivos interdependentes de formas a ter um processo indivisível.

Mais eficiência visa ao crescimento sustentado, o que pressupõe a estabilização da economia e exige a consideração efetiva dos aspectos ambientais. Esse objetivo se materializa em esforços de transformação produtiva.

Mais equidade envolve grandes mudanças sociais, voltadas para a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades distributivas. Pressupõe a melhor repartição dos frutos do crescimento e deve realizar-se através de sérios investimentos em recursos humanos. Mais liberdade significa o aperfeiçoamento das instituições e das práticas democráticas.

Concebida essa tríplice dimensão, a proposta do Governo Itamar Franco coincide, de um modo geral, com as linhas de ação já aprovadas pelo Congresso Nacional, quando da apreciação do Plano Plurianual para o período 1993-95 (Lei 8446, de 21.07.92) e assim definidas: Educação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, Modernização da Produção, Modernização do Estado, Crescimento e Distribuição de Renda, Sustentabilidade do Desenvolvimento e Equalização de Oportunidades. As três últimas linhas de ação, qualificam a natureza ou o modelo de desenvolvimento que se pretende alcançar.

Os esforços nas áreas de Educação e de Ciência e Tecnologia juntamente com a reforma do Estado, deverão convergir para a Modernização Produtiva, visando o aumento da produtividade, eficiência e competitividade da economia brasileira. Isso, poderá propiciar uma mais profunda inserção nos mercados internacionais, através da abertura econômica, da liberalização comercial, do aperfeiçoamento do sistema financeiro e da intensificação dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva, inovação tecnológica e modernização gerencial.

Com relação à garantia de crescimento sustentado, um elemento central dessa idéia é a noção de "sustentabilidade ecológica" o que implica na busca de conservação dos recursos



naturais, o ordenamento da atividade econômica em função da base ecológica do espaço nacional, a redução do desperdício no consumo de energia e matérias primas e a preservação e recuperação dos ecossistemas naturais e da biodiversidade.

O Estado, não deverá abandonar o objetivo de estabilidade monetária e, segundo a proposta, todas as ações que impliquem em gastos públicos, somente efetivar-se-ão se for possível financiar a sua implementação de maneira não inflacionária.

A reestruturação produtiva requer uma abordagem sistêmica. Na dimensão setorial, devem ser consolidadas as vantagens comparativas adquiridas e conquistadas novas vantagens dinâmicas.

A economia nacional deverá incorporar referenciais de preços externos e padrões internacionais de qualidade como indicadores para a reestruturação produtiva. Eficiência produtiva e liberalização econômica devem constituir-se nas condições básicas para os processos de crescimento continuado e dinâmica integração internacional.

As três áreas consideradas estratégicas e capazes de assegurar, já a partir de 1993, algum dinamismo à economia, são as exportações, a agropecuária, e a construção civil.

As exportações devem contribuir sobre o balanço de pagamentos e como fonte de demanda para aproveitamento da capacidade instalada da indústria de transformação e absorção de excedentes agrícolas.

Deverão ser ampliados mecanismos especiais de financiamento e incentivo, compatíveis com as normas do GATT ao lado de uma política cambial realista, no intuito de sustentar o crescimento das exportações.

As iniciativas comerciais bilaterais, regionais e sub-regionais, deverão ser complementadas pela definição de estratégias comerciais com relação aos demais países da América do Sul e aos grandes blocos econômicos. Será mantida nos foros próprios, em especial no GATT, a prioridade brasileira de fortalecimento do multilateralismo.

Foi definida como estratégica a expansão da produção agropecuária e agroindustrial, sobretudo alimentos, face aos seus efeitos para a estabilização e para a redução dos impactos da recessão sobre as camadas de renda mais baixa. As medidas governamentais deverão estimular essas atividades mantendo, com os aperfeiçoamentos necessários a atual política agrícola.

A tônica da política agrícola será a mudança tecnológica, como instrumento para elevação da produtividade, dando-se prioridade à expansão dos programas de irrigação. Também, deverá ser importante o fortalecimento da pesquisa tecnológica e da extensão rural como peça chave no processo de mudança da agropecuária.

A incorporação de novas áreas deverá ocorrer nas regiões já dotadas de infraestrutura, em particular nos cerrados do Centro-Oeste e a agroindústria, por ser atividade induzida e indutora da agricultura, deverá ter programa especial.



**Um dos objetivos centrais da política agrícola deverá ser o combate vigoroso contra a pobreza rural, em especial no Nordeste, através da criação de programas e instrumentos que viabilizem a transformação da agricultura tradicional de subsistência e assegurem sua progressiva integração aos mercados competitivos.**

**Dos conceitos e propostas citadas, depreende-se que as atividades de cooperação técnica do IICA no Brasil não devem sofrer mudanças substanciais em 1993/94. Isto, significa dar continuidade e apoio na formulação e execução de ações destinadas a: a) elevar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros nos mercados internacionais, b) aumentar a produção para melhorar o abastecimento e gerar excedentes estratégicos, c) melhorar as ações de defesa e preservação do meio ambiente.**

**As áreas prioritárias para 1992/93 para a cooperação técnica do IICA, discriminadas por Programas, são as seguintes:**

### **PROGRAMA I:**

**a) análise do impacto a curto prazo dos programas de ajuste macroeconômico na pobreza rural do Brasil;**

**b) harmonização de políticas da área agrícola brasileira, como instrumento para fortalecer o papel do setor no processo de integração na Área Sul;**

**c) desenvolvimento do mecanismo de assuntos internacionais do MARA, especialmente nas áreas de comércio internacional, cooperação técnica e científica e cooperação econômica e financeira.**

### **PROGRAMA II:**

**a) programas de geração e transferência de tecnologia, incluindo as áreas de recursos genéticos, biotecnologia, recursos naturais e preservação do meio ambiente;**

**b) programas multinacionais de geração e transferência de tecnologia (PROCISUR, PROCITRÓPICOS, acordos bilaterais).**

### **PROGRAMA III:**

**a) programas de desenvolvimento rural, cooperativismo e assentamentos rurais com especial referência a pequenos produtores;**

**b) modernização de instituições encarregadas do desenvolvimento rural e/ou formulação e execução de programas específicos, assim como a integração de suas ações em áreas de desenvolvimento rural;**



c) formulação e implementação de projetos de agricultura irrigada, dando ênfase à organização de produtores, transferência de tecnologia, comercialização interna e externa e agroindústria.

#### **PROGRAMA IV:**

a) programas e projetos de comercialização de insumos e produtos, tanto em nível interno e externo (projetos a serem identificados e formulados);

b) programas e projetos de organização e promoção da exportação de produtos agropecuários.

#### **PROGRAMA V:**

a) formulação de planos e programas de proteção de proteção agropecuária, tanto em nível interno como em nível inter-regional.

O IICA esta trabalhando com ênfases dentro destas estratégicas com:

a). **Política agrícola: Apoio na formulação de políticas para o setor agropecuário**

Foi elaborada a **Agenda Estratégica para o Setor Agropecuário**, conjuntamente pela Secretaria Nacional de Política Agrícola e o IICA. No documento analisa-se a evolução do setor nos últimos anos e apresentam-se sugestões para a formulação da política agrícola do País. O documento trata, basicamente, dos seguintes aspectos:

preços e comercialização  
comércio exterior  
crédito rural  
impostos  
irrigação  
geração e transferência de tecnologia  
reforma agrária

No que diz respeito ao **Sistema de Informação para Apoio à Análise das Políticas Agrícolas (SIAPA)**, no momento, para utilização do sistema estão sendo treinados técnicos da Secretaria Nacional de Política Agrícola, do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e do Departamento de Abastecimento e Preços (os dois últimos do Ministério da Fazenda).

Prevê-se a realização de trabalhos conjuntos entre o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e o Ministério da Fazenda, com a participação do IICA, no desenvolvimento de um sistema permanente de atualização das bases de dados do Brasil, de modo a permitir o acesso às informações dos demais países do Cone Sul e a implantação da





**sistemática e metodologia de análise das medidas adotadas nos demais países. Este procedimento visa a gerar insumos no contexto do processo de integração do Brasil em novos mercados e no MERCOSUL.**

**Quanto a investimento na agricultura, serão realizadas ações para fortalecer essa iniciativa, principalmente na formulação de propostas às instituições internacionais de financiamento.**

**Também serão analisados os impactos e alternativas para a reconversão do setor produtivo da agricultura, em face do processo de integração em andamento.**

**O grau de dinamismo dessas ações dependerá da decisão superior do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária junto à Secretaria Nacional de Política Agrícola, parceira natural e imprescindível do IICA nesse Ministério.**

#### **b) Agricultura irrigada:**

**Em face dos vultosos investimentos efetuados pelo Governo em infra-estrutura para irrigação e considerando, ainda, a limitada resposta no aumento esperado da produção e da produtividade agropecuária, o IICA apóia as instituições oficiais pertinentes nos seguintes aspectos:**

- **Produtividade:** se o Brasil utilizar 1/3 das áreas já irrigadas produzindo frutas para exportação e alcançar índices médios de produtividade, poderá passar das atuais 80 milhões de frutas produzidas para 15 bilhões. As ações hoje executadas através do Projeto FRUPEX (DENACOO) e pela CODEVASF, contando com recursos de crédito basicamente do FNE (do BNB), poderão conduzir ao alcance dessa meta.
- **Emancipação:** a modernização da agricultura e a competitividade necessária para a consecução da meta anterior serão possíveis através da ação de fortes organizações de produtores nas modalidades de empresa privada (FRUPEX), cooperativas (DENACOO), distritos de irrigação multifuncionais (CODEVASF) e associações de produtores (DNOCS).
- **Coordenação interinstitucional:** a utilização de áreas irrigadas, principalmente com fins de produção para exportação, exige a articulação interinstitucional para tratamento das áreas intervenientes, a saber: portos, treinamento, capacidade empresarial e irrigação, entre outras, no contexto de um objetivo comum e evitando o paralelismo e a dispersão de esforços.



Iniciativas como o FRUPEX (do DENACOO) e a nova atividade de promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do São Francisco (CODEVASF) são exemplos de coordenação interinstitucional.

### **c) Cooperativismo e assentamentos**

Considerando que o Brasil conta com cerca de 18 milhões de hectares em projetos de assentamento e colonização e um gigantesco número de cooperativas, o IICA apóia os esforços do Governo para aumentar ou criar capacidade para a autogestão dos pequenos produtores, mediante atuação nos seguintes âmbitos:

- **PROARA-DENACOO:** programa de apoio ao associativismo e cooperativismo em áreas reformadas.
- **Telecomunicações-DENACOO:** busca-se mobilizar recursos de outros setores da sociedade através de bancos privados e fornecedores de equipamentos para facilitar o acesso dos produtores às comunicações.
- **Eletrificação rural-DENACOO:** apoiar a elaboração de um projeto de eletrificação rural para ser executado através de financiamento externo.
- **Cooperativismo de crédito-DENACOO:** busca-se organizar o crédito para obter a participação dos produtores não só como demandantes, mas, também, como contribuintes.
- **INCRA:** trata-se de modernizar e readequar os mecanismos de transferência de tecnologia e extensão rural.
- **Sementes-DENACOO:** visa a que as cooperativas atuem como empresas privadas fornecedoras de insumos.
- **Líderes rurais-DENACOO:** procura-se capacitar líderes das diferentes instâncias produtivas para entender e superar os desafios inerentes à integração.
- **Variável gênero:** em todos os projetos de desenvolvimento rural dá-se especial atenção em ressaltar e dinamizar a participação da mulher e do jovem rural.

### **d) Geração e transferência de tecnologia**

O IICA apóia o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, através da EMBRAPA, em ações de cooperação técnica e treinamento nas áreas a seguir descritas:



- **Delineamento de políticas de geração e transferência de tecnologia.**
- **Delineamento de programas cooperativos entre os Países membros em matéria de pesquisa agropecuária e execução desses programas.**
- **Modernização da pesquisa e formação de alto nível dos pesquisadores da EMBRAPA, mediante consultorias e estudos de pós-graduação e doutorado.**
- **Avaliação da EMBRAPA com vistas à sua reforma institucional.**
- **Implementação de projetos de investimento financiados pelo Banco Mundial.**
- **Execução de programas cooperativos de pesquisa e transferência de tecnologia no Cone Sul (PROCISUR) e nos trópicos úmidos sul-americanos (PROCITRÓPICOS).**
- **Articulação pesquisa-extensão.**
- **Articulação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária com seu congênere internacional (Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional) e com centros regionais de pesquisa e ensino.**

#### **e) Sustentabilidade**

**Para cumprir com as decisões adotadas pelos Ministros da Agricultura dos Países membros durante a realização da última Conferência Interamericana de Ministros de Agricultura (CIMA), realizada em Madri, o IICA está desenvolvendo as seguintes atividades nesta área:**

- **Com a Secretaria da Agricultura e o IBAMA do Estado do Paraná, estamos elaborando projetos de capacitação para incorporar a variável sustentabilidade nas ações com pequenos produtores.**
- **Com a NATURANTINS do Estado do Tocantins, iniciamos um plano de manejo de uma reserva natural que se espera venha constituir-se em modelo para o manejo desta temática.**
- **Com a CODEVASF, estão sendo definidas propostas de caráter institucional e a adequada metodologia para manejar a temática ambiental em projetos de irrigação.**



- **No Estado de Mato Grosso, o IICA trabalha junto à Secretaria da Agricultura e Meio-Ambiente na definição e implementação de uma metodologia de desenvolvimento institucional na área de assentamento.**

#### **f) Sanidade agropecuária**

**O IICA vem apoiando a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, através do Departamento Nacional de Produção e Defesa Animal e do Departamento Nacional de Produção e Defesa Vegetal, com vistas a contribuir para a solução do problema da incidência negativa de doenças e pragas que afetam a produção, a produtividade agropecuária e limitam a sua comercialização.**

**Na área de Saúde Animal o IICA está desenvolvendo o Projeto de Fortalecimento dos Serviços de Defesa Sanitária Animal do Brasil, decorrente do empréstimo firmado pelo Ministério da Agricultura, em 1988, com o Banco Mundial, da ordem de US\$ 108 milhões, tendo sido executado 40% do estimado. O DNPDA está negociando com o BIRD a prorrogação por mais 4 anos, inclusive com alterações no projeto original. O IICA vem assessorando o DNPDA na reformulação do mesmo.**

**As atividades em implementação são:**

- **Planejamento, recursos humanos (capacitação), comunicação, informação e prevenção contra enfermidades exóticas.**
- **Atualização e harmonização da legislação no contexto do CONASUR, CORESA e LEXUS.**
- **Vigilância e monitoramento de pragas e enfermidades, resíduos químicos e informação zoonosológica, de conformidade com outros países da área no marco CORESA.**
- **Manual de procedimentos técnicos para operacionalização de planos de contingência.**
- **Elaboração e distribuição de programas informatizados para uso nos principais portos internacionais de entrada, com dados dos países importadores de animais e regulamentos sanitários do Brasil.**
- **Laboratórios para diagnóstico e controle.**
- **Informações epidemiológicas para uso integrado à rede nacional e REDSUR.**





- **Capacitação profissional técnica, de laboratórios, serviços oficiais e material audio-visual (cursos de epidemiologia e realização de simulados em enfermidades exóticas para grupos regionais de emergência).**

No que se refere a **Sanidade Vegetal**, o trabalho do IICA está voltado para a formulação da Carta-Consulta à COFLEX para obtenção de financiamento externo destinado ao Projeto de Modernização e Fortalecimento do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal do Brasil. O projeto foi elaborado com base no diagnóstico nacional realizado conjuntamente com o IICA.

As atividades em implantação são:

- **Adequação e atualização das normas e procedimentos fitossanitários em matéria de importação de vegetais.**
- **Implantação do sistema com uso de computadores para registro de agrotóxicos.**
- **Estratégia para o controle e prevenção quanto ao ingresso do Pulgão Russo (*Diuraphis noxia*) e, ação de emergência quanto ao Nematóide do cisto da soja (*Heterodera glycines*).**
- **Acompanhamento e execução de ações do Comitê Regional de Sanidade Vegetal (COSAVE) através dos 4 Grupos de Trabalho Permanente em: Sanidade Silvoagrícola, Normas e Métodos, Quarentena Vegetal e Defensivos Agrícolas.**

O IICA considera como atividades prioritárias:

- **Adequação e atualização da legislação fitossanitária (a vigente DL 24.114 de 1934), harmonizando a nível regional e corrigindo distorções do Decreto sobre Agrotóxicos.**
- **Capacitação em Defesa Sanitária Vegetal.**
- **Diagnóstico e operacionalização do sistema laboratorial em Defesa Sanitária Vegetal.**
- **Reestruturação e fortalecimento institucional.**

**g) Integração regional:**

No que se refere a **Integração Regional**, o IICA está concentrando suas ações no desenvolvimento das seguintes atividades:



- **Formulação de um diagnóstico setorial agropecuário, levando em conta os desafios que representam a formação do MERCOSUL.**
- **Realização de um seminário sobre "Integração para a Competitividade".**
- **Capacitação de funcionários em manejo do Sistema de Informação e Análises da Política Agropecuária (SIAPA), e instalação de uma base de dados regional para sua operacionalização.**
- **Apoio à Secretaria Nacional de Política Agrícola em suas atividades de coordenação do SGT N° 8, formulação de um Plano de Trabalho Plurianual e celebração de um convênio para formalizar essa cooperação (pendente de assinatura).**
- **Responsabilidade pelo funcionamento da Secretaria de Coordenação do CONASUR no período em que a presidência do Conselho seja exercida pelo Ministro da Agricultura do Brasil.**
- **Apresentação junto à CEE de um projeto de cooperação para a modernização e integração da agricultura no âmbito do MERCOSUL.**
- **Espera-se formalizar o apoio à coordenação do SGT N° 8 (Política Agrícola) do MERCOSUL, para a realização das tarefas técnicas de apoio, através do Convênio IICA/SNPA**
- **Apoio ao funcionamento dos Comitês Técnicos que operam em nível regional (países do CONASUR): CORESA, COSAVE e Comitê de Classificação. Apoio aos programas cooperativos em vigência: PROCISUR, PROCITROPICOS e PROCODER.**
- **Resoluções do CONASUR em matéria de liberalização do comércio (sementes e produtos agropecuários).**
- **Harmonização de critérios e normas sanitárias para viabilizar o comércio de produtos agropecuários e derivados no contexto de redução tarifária (convênios e resoluções do CORESA e do COSAVE).**
- **Harmonização de normas técnicas com o mesmo objetivo, através do trabalho do Comitê de Classificação.**

**O IICA participa ativamente do funcionamento de todos esses mecanismos, exercendo as respectivas secretarias técnicas ou de coordenação, em cada caso, e apoiando através de seus programas a formulação e execução dos trabalhos.**



## 2. Resultados, efeitos e impacto da cooperação técnica executada ou em execução entre 1987 e 1993

Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
<b>PROGRAMA I</b>					
• Apoio à Secretaria Nacional de Políticas Agrícolas (SNPA/MARA)	SNPA/MARA	Colaborar com a SNPA para rever e avaliar os seus trabalhos, buscando melhorar qualitativamente o seu desempenho e requeridos para as indispensáveis tarefas de assessoria para a tomada de decisões, para o ordenamento de suas atividades e para o desenvolvimento de sistemas e instrumentos técnicos, para sua mais efetiva, eficaz e eficiente operação.	O novo cenário sócio-político do país caracterizado pela gradativa tendência à abertura econômica, liberalização dos mercados e redução da intervenção estatal na economia, implica necessariamente na readequação das instituições públicas, tendo de ponto de vista organizacional, como gerencial. No caso particular da SNPA, é imperiosa a necessidade de introduzir mudanças que viabilizem o aumento de sua capacidade organizacional e técnico-gerencial do processo de assessoria na tomada de decisões de política agrícola, orientada à modernização e crescimento sustentado e equitativo do setor agropecuário.	• Diagnóstico do setor agropecuário (Agenda Estratégica para o Setor Agropecuário do Brasil) abrangendo o período de 1985-91, o que permitiu identificar os principais fatores limitantes do desenvolvimento da agricultura brasileira.  • Proposta de uma série de medidas de políticas agrícolas, no intuito de servir de orientação às ações de médio prazo do MARA, para formulação de sua política setorial.  • Treinamento de técnicos de SNPA/MARA, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), ambos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Coordenação, bem como do próprio ICA, para utilização do Sistema de Informação para apoio à Análise das Políticas Agrícolas (SIAPA).  • Constituição da equipe técnica para assessorar o gabinete do Ministro nos	• Apoio à Secretaria Nacional de Políticas Agrícolas (SNPA/MARA) e Realizado o Diagnóstico Setorial, analisada a evolução de setor e apresentadas sugestões políticas para sua dinamização, enfatizando-se: Preços e Comercialização, Comércio Exterior, Crédito Rural, Impostos, Irrigação, Geração e transferência de tecnologia e reforma agrária.  • As sugestões são no geral, coincidentes com as áreas e prioridades pelos diversos segmentos públicos e privados do setor agropecuário. Vem desenvolvendo-se processo de legitimação que deverá concluir-se nos primeiros meses de 1993.  • Foram treinados técnicos dos Ministérios de Agricultura, Economia e Planejamento em 1992. Em 1993, deverão realizar-se o treinamento complementar e ii) novos treinamentos, prevendo-se a participação de
			Para que a SNPA alcance esse objetivo é fundamental incidir sobre problemas de seguinte natureza: i) carência de organização e métodos de trabalho adaptados à nova realidade; ii) inadequação dos sistemas atuais de informação agrícola; iii)		



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
			<p>deficiência nos processos de formulação e avaliação de políticas; e iv) falta de recursos humanos para enfrentar essa desafios</p>	<p>aspectos de: comércio internacional, cooperação científica e tecnológica e cooperação econômica e financeira</p>	<p>novas instituições.</p> <p>• Deu-se apoio ao Ministério da Agricultura para identificação de projetos estratégicos</p> <p>Cooperação Técnica ao MARA para dar apoio em Assuntos Agropecuários</p> <p>• Apoio nos aspectos de integração regional de área sul, tomando-se base para as negociações que se desenvolvem neste âmbito</p> <p>• Realização de "Seminário sobre Integração para a Competitividade". possibilitando avanços significativos e promovendo institucionalmente esse processo e nível do MARA.</p> <p>• Apoio ao Sub-grupo de Trabalho nº 8 do MERCOSUL, colaborando com o SNP/MARA</p> <p>• Assessoramento contínuo na condução das principais ações de relacionamento internacional realizadas através da Direção de Cooperação Técnica do Projeto MARI I.</p>





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação Técnica ao MARA para dar apoio em Assuntos Agropecuários</li> </ul>	<p>MARA</p>	<p>Implementar o Centro de Informática para monitoria e acompanhamento de todos os projetos internacionais nas áreas de:</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio na participação de MARA nos fóruns internacionais relacionados com o setor agropecuário, tais como: CONASUR, MERCOSUL, Grupo Cairns e GATT</li> <li>Avanço no processo de definição de procedimentos do sistema de informação agropecuária e na capacitação técnica e no manejo do SIAPA</li> <li>Cooperação Técnica ofertada e recebida</li> <li>Comércio Exterior</li> <li>Cooperação Econômica e Financeira</li> <li>Sistema implementado e em funcionamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise e Planejamento de Política Agrária</li> <li>Desenvolvidos métodos de análises prospectivos e reestruturado o Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN). Todavia, as modificações de estruturas introduzidas nas sucessivas mudanças de Governo praticamente terminaram com o SUPLAN</li> <li>Concluída a versão do Ministério de Agricultura para o Anteprojeto de Lei Agrícola. Após longas discussões pelo Poder Legislativo, foi aprovado substitutivo que constitui a atual Lei Agrícola.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise e Planejamento da Política Agrária.</li> </ul>	<p>SUPLAN</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação técnica para apoiar o Sistema de Planejamento Agrícola do Brasil (SUPLAN)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Anteprojeto de Lei Agrícola - versão do Ministério da Agricultura</li> <li>Desenvolvimento dos métodos de análise prospectiva</li> <li>Reestruturação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola</li> </ul>	



**PROGRAMA II**

Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previsões	Análise dos Resultados
<p>o Implementação de Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional da EMBRAPA para a Geração e Transferência de Tecnologia</p>	<p>EMBRAPA</p>	<p>Desenvolvimento de estratégia técnico-científica de Geração e Transferência de Tecnologia para aproveitar e contribuição potencial de novos avanços científicos para o desenvolvimento agrícola e crescimento econômico do Brasil</p>	<p>No contexto atual de abertura e liberalização econômica no qual se processa também uma modificação profunda no papel do Estado como agente do desenvolvimento, a EMBRAPA enfrenta o desafio de sua modernização institucional no sentido de adaptar sua estrutura organizacional e mecanismo de gerenciamento aos novos requerimentos induzidos pelo contexto mencionado.</p>	<p>Desenvolvimento de uma avaliação externa da EMBRAPA para apoiar a elaboração de planos diretores para todos os centros de pesquisa</p>	<p>Os resultados permitirão à EMBRAPA uma boa orientação no respeito de seu modelo institucional de geração e transferência de tecnologia. A instituição considera que o aporte de avaliação contribuiu para este processo de mudança na organização. Foi positivo.</p>

O desafio enfrentado pela EMBRAPA se situa tanto no âmbito institucional como em relação aos novos temas vinculados à geração e transferência de tecnologia. No âmbito institucional torna-se necessário: 1) aprofundar os processos de descentralização que requerem mecanismos rápidos atuando regionalmente com uma visão



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
			<p>nacional; ii) acelerar a abertura institucional através de mecanismos que garantam a participação das organizações da sociedade civil; iii) alcançar maiores níveis de integração e coordenação entre a pesquisa, transferência de tecnologia e extensão rural; a iv) articular processos de integração científico-tecnológica com outras instituições nacionais e internacionais, a fim de reduzir a brecha tecnológica existente e desenvolver capacidade própria na área de tecnologia de ponta</p> <p>Por outro lado, em relação às áreas temáticas torna-se prioritário: i) interiorizar os conceitos de sustentabilidade, tanto ao nível da pesquisa como de produção de campo; ii) fortalecer o desenvolvimento das atividades relacionadas com a biotecnologia agropecuária; iii) equilibrar o enfoque de oferta e demanda na definição dos projetos de pesquisa, tomando em conta as exigências dos mercados nacional e regional; a iv) consolidar o enfoque de pesquisa e desenvolvimento nos projetos de pesquisa.</p>		



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
<p>o Cooperação Técnica à EMBRAPA (PROCENSUL III)</p>	<p>EMBRAPA/BIIRD III</p>	<p>Fortalecimento da infraestrutura operacional dos centros de pesquisa da EMBRAPA proporcionando condições para gerar e disseminar tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentado do País.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Apoio à capacitação de técnicos nas Universidades dos Estados Unidos e Europe</li> <li>o Consultores contratados nas áreas de virologia e patologia vegetal, em saúde bovina, botânica e virologia florestal</li> <li>o Edição do distribuição de informativos ICA-EMBRAPA-PROCENSUL II e 20 relatórios do consultores</li> <li>o Participação em seminário sobre Avaliação Ex-Post de Pesquisa Agropecuária</li> <li>o Procedimentos automatizados para o controle financeiro do PROCENSUL II</li> <li>o Estudo sobre evolução da EMBRAPA</li> <li>o Estudo sobre políticas agrícolas e sua incidência na pesquisa agropecuária</li> <li>o Atendimento aos programas de treinamento de longo e curto prazo e de consultorias internacionais, dentro de programação acordada com a EMBRAPA</li> </ul>	<p>A contribuição do ICA a este processo de formação de capital humano tem sido muito importante para a EMBRAPA, porque esta instituição não conta com possibilidades de fazê-lo por si só.</p> <p>Este processo, de formação de recursos humanos, será fortalecido em relação ao ICA nos próximos anos, pelos positivos resultados alcançados.</p>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
-----------------	----------------------	-----------	-----------------------	---------------------------------	------------------------

• Realizadas 83 reuniões técnicas internacionais, em áreas de interesse das diversas comissões de pesquisa do EMBRAPA

• Realização de 42 consultorias para pesquisas de alto nível em 50 campos científicos, usando pesquisadores de 15 países.



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivo	Problemas Identificados	Principais e Resultados Previstos	Áreas das Pesquisas
-----------------	----------------------	----------	-------------------------	-----------------------------------	---------------------

**O Desenvolvimento Técnico para o Desenvolvimento da Ciência no Brasil e a Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**EMBRAPA**  
 Desenvolver técnicas para a interdisciplinaridade, visando a transferência de tecnologia

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade

**O Avanço Técnico para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade Avançada no Brasil**  
**INSTITUTO NACIONAL DE INTERDISCIPLINARIDADE**  
 O avanço e transferência de conhecimentos em nível nacional de interdisciplinaridade



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>qualquer instituição de pesquisa de cesso. Ao mesmo tempo o nome que o programa de melhoramento conseguiu ficar mais concretizado em termos de localidade e infra-estrutura, o quadro de técnicos qualificados foi ampliado de forma significativa.</p>					



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
-----------------	----------------------	-----------------------	---------------------------------	------------------------

**PROGRAMA II**

o Apoio à Secretaria Nacional de Reforma Agrária (SNARA) para a formulação e execução do Programa e Projetos de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo nas Áreas Reformadas e de Colonização.

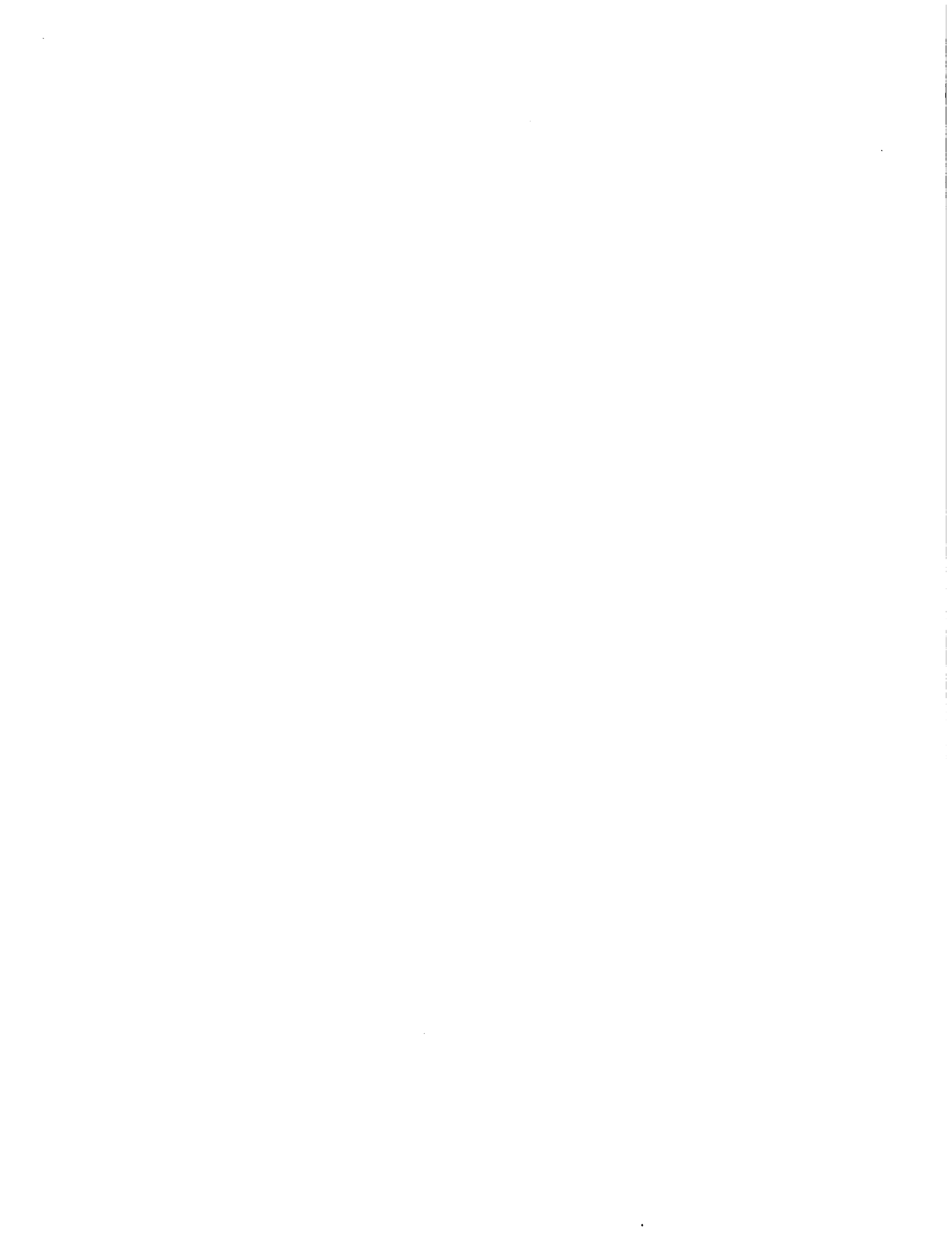
**DENACCOOP**  
 o Apoio à Autogestão de Organizações de Produtores em Áreas de Reforma Agrária e colonização

O maior ou menor grau de êxito do desenvolvimento do cooperativismo nas áreas reformadas e de colonização no Brasil está estreitamente relacionado com a viabilidade de superar limitações de seguinte natureza: i) falta de um modelo de gestão que facilite a integração dos diferentes níveis (federal, estadual e municipais); ii) deficiências nos métodos e técnicas para a elaboração, administração e manejo de projetos, que envolvem processos descentralizados e participativos; iii) insuficiente desenvolvimento das técnicas e técnicas para promover a organização dos produtores; iv) carências em matéria de tecnologia, informação comercial e gestão empresarial para o desenvolvimento produtivo das cooperativas, tanto para sua vinculação ao mercado interno como externo; e v) precariedade da infra-estrutura disponível a nível das esferas locais de pequenos produtores

o Elaboração de 22 Projetos Agronômicos para Assentamentos do Reforma Agrária  
 o Estruturação de 32 Organizações de Produtores Assentados, no total de 4483 famílias em 130.000 hectares  
 o Capacitação de 847 dirigentes/ produtores essenciais, em elaboração e gestão de projetos e tecnologia agropecuária  
 o Elaboração de Manuais de Sistemas de Registros em Organizações de Produtores  
 o Elaboração de estudos de Casos sobre a Organização dos Produtores

Os principais resultados alcançados foram: i) o desenvolvimento de metodologias e técnicas para a elaboração e gestão de projetos nas áreas de assentamento com êxito participativo; ii) o desenvolvimento de métodos de organização de gestão participativos nas áreas reformadas; iii) tratamento em serviços de técnicas e técnicas rurais nas terras mencionadas; e iv) a contribuição à consolidação em âmbito nacional do Programa FRUPRAZ.

o Delimitação e montagem de um sistema de registro, acompanhamento e documentação agropecuária e financeira, bem como, de análises das organizações com vistas à adequação de estrutura organizacional dos assentamentos e controle de qualidade dos seus produtos





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao Programa de Produção e Exportação de Frutas in natura (FRUPEX)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação Interinstitucional para apoiar o Programa de Assentamento dos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso</li> <li>• Identificação e cadastramento de técnicos de órgãos governamentais e não-governamentais, para formação das equipes técnicas de assessoramento às organizações de produtores</li> <li>• Elaboração de 19 Manuais de Produção e Pós-colheita para fruticultura</li> <li>• Elaboração de um estudo sobre a Economia Frutícola no Brasil e de material promocional do FRUPEX</li> <li>• Apoio a participação de empresários brasileiros em feiras e exposições de produtos no exterior (Rochester na Holanda, SIAL na França e Congresso de la Fruta no Chile)</li> <li>• Identificação e estabelecimento de contatos iniciais com cerca de 150</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<p>importadores do frutos frescos de Europa e Estados Unidos</p>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização dos custos do cada elemento de infra-estrutura requerida na comercialização de frutos</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhamento ao Congresso Nacional do 3 Emandas parlamentares destinadas a assegurar recursos no valor de US\$ 150 milhões para a contratação e manutenção de estradas próximas às zonas de produção frutícola e para um Programa Global Fitossanitário</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à preparação de uma proposta de política de crédito para a fruticultura</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao programa de capacitação de mão-de-obra junto às próprias empresas produtivas e comercializadoras</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de 24 relatórios técnicos sobre temas e tecnologias agrônomicas de produção, tecnologia de pós-colheita e aspectos fitossanitários da produção e comercialização de 8 frutos selecionados no FRUPEX</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<p>importadores do frutos frescos da Europa e Estados Unidos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização dos custos do cada elemento do infra-estrutura requerida na comercialização de frutos</li> <li>• Encaminhamento ao Congresso Nacional de 3 Emendas parlamentares destinadas a assegurar recursos no valor de US\$ 150 milhões para a contratação e manutenção de estradas próximas às zonas de produção frutícola e para um Programa Global Fitossanitário</li> <li>• Apoio à preparação de uma proposta de política de crédito para a fruticultura</li> <li>• Apoio ao programa de capacitação de mão-de-obra junto às próprias empresas produtivas e comercializadoras</li> <li>• Elaboração de 24 relatórios técnicos sobre temas e tecnologias agrônomicas de produção, tecnologia de pós-colheita e aspectos fitossanitários da produção e comercialização de 8 frutos selecionados no FRUPEX</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Apoio aos Programas Nacionais de Telecomunicações e de Energização Rural e Agroenergia</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Realização de seminário sobre o problema da produção e exportação de frutos com a participação de 24 instituições envolvidas no assunto</li> </ul>	
			<ul style="list-style-type: none"> <li>o Elaboração do documento base da concepção e estratégias do Programa de Telecomunicações Rurais</li> <li>o Elaboração de estudos para a definição de metas, fontes de recursos, estrutura organizacional, seleção de áreas de atuação, normas operacionais e plano de gestão do Programa de Telecomunicações Rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Apoio ao processo de negociação de recursos junto ao BNDES, bancos e empresas privadas para financiamento do Programa, no valor de US\$ 400 milhões</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Elaboração de Material Didático para a Capacitação de Líderes Rurais no contexto do Mercosul</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Elaboração de material básico para a capacitação de Líderes Rurais</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Apoio ao Desenvolvimento Gerencial na Produção e Comercialização de Sementes</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>o Formulação de "Projeto de Desenvolvimento Gerencial do Setor Produtivo Brasileiro para participar no Processo de Produção e</li> </ul>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
			comercialização de sementes"	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo de Crédito</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação institucional para a participação das cooperativas do crédito nas operações das Bolsas de Cereais</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de 7 Projetos de Modernização e Desenvolvimento Organizacional das Cooperativas Centrais de Crédito</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação técnica à SUDENE para o Desenvolvimento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)</li> </ul>	SUDENE	<p>Apoio ao fortalecimento da capacitação técnica e institucional da SUDENE e Unidades Técnicas Estaduais para fins de programação, execução e administração do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).</p>	<p>A experiência de execução de PAPP vem demonstrando que, apesar dos avanços realizados persistem uma série de carências relacionadas com a capacidade de gerenciamento e técnicas dos instâncias regional (SUDENE) e estadual (Unidades Técnicas - UT's) responsáveis pela administração do programa, que tendem a tornar-se mais evidentes nesta nova fase de implementação do Programa, em parte devido à própria</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio no planejamento e administração do programa de assistência ao pequeno produtor (PAPP)</li> </ul>	<p>Este projeto permite ao IICA executar no Nordeste do Brasil, tanto a nível regional como nos Estados, um conjunto de ações de cooperação técnica bastante diversificado quanto aos temas de desenvolvimento rural como institucionalmente através dos numerosos organismos existentes. Estas ações se concentraram principalmente nas seguintes áreas: i) organização e sistemas de planejamento e administração de projetos;</p>



natureza das modificações propostas que prevêm um alto grau de participação dos beneficiários na execução dos subprojetos

O PAPP em sua versão reformulada, exige aperfeiçoamento e o fortalecimento técnico em três aspectos básicos: i) a consolidação e aperfeiçoamento das estruturas de gestão, tanto a nível regional como estadual e dos subprojetos; ii) o aperfeiçoamento dos sistemas operativos de programação, gerenciamento e supervisão de programa, dos projetos estaduais e dos subprojetos; e iii) o desenvolvimento das organizações dos beneficiários para fins de gestão implementação dos subprojetos

o Participação nas reuniões de supervisão e acompanhamento aos Estados

o Elaboração de modelos de gestão de Projetos de Irrigação Pública Estadual

o Desenvolvimento software para planejamento e avaliação de projetos de irrigação

o Elaboração de metodologia de formação, acompanhamento e avaliação de projetos de desenvolvimento rural

o Formulação de instrumentos metodológicos em sementes em 3 Estados de Região

o Realização de curso regional sobre produção e comercialização de sementes

o Organização das equipes das Unidades Técnicas dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Paraíba, Piauí, e Pernambuco.

ii) capacitação de pessoal técnico; iii) organização e gestão de empresas associativas de pequenos produtores rurais; iv) transferência de tecnologia tanto produtiva como gerencial nas áreas irrigadas; e v) produção de manuais e documentos para orientação conceitual, metodológica e operativa de atividades nas áreas de recursos hídricos, irrigação, comercialização, crédito, mobilização e organização de produtores, cooperativismo e administração de parâmetros de irrigação.



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
-----------------	----------------------	-----------	-----------------------	---------------------------------	------------------------

• Assessoramento na revisão e execução dos componentes de implementação e abastecimento-crédito (CAC)

• Apoio às atividades de ação fundiária

• Apoio à implantação e operacionalização da política de crédito do PAPP

• Dinamização do componente Recursos Hídricos em seis Estados da região Nordeste

• Reformulação de Convênio de cooperação técnica com a SUDENE para compatibilizá-lo com as novas diretrizes de PAPP. Este fato implicou na ampliação das áreas temáticas, priorizando as atividades relacionadas com a organização e gestão de empresas associativas de pequenos produtores. Por outro lado, a cooperação técnica passou a contar com 18 PPI



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com base nessa reformulação, a partir de 1992 a cooperação técnica foi realizada através de atividades executadas nos seguintes níveis:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regional (SUDENE)</li> <li>• Preparação de normas para elaboração, apresentação e avaliação dos subprojetos de irrigação no contexto de PAPP</li> <li>• Elaboração de Pareceres Técnicos sobre os subprojetos apresentados pelos Estados à SUDENE para financiamento pelo PAPP</li> <li>• Realização de 10 cursos sobre uso e manejo da água para irrigação</li> <li>• Realização de cursos sobre o ciclo de projetos de desenvolvimento rural</li> <li>• Realização de seminários sobre gestão de empresas associativas de pequenos produtores</li> </ul> </li> </ul>	

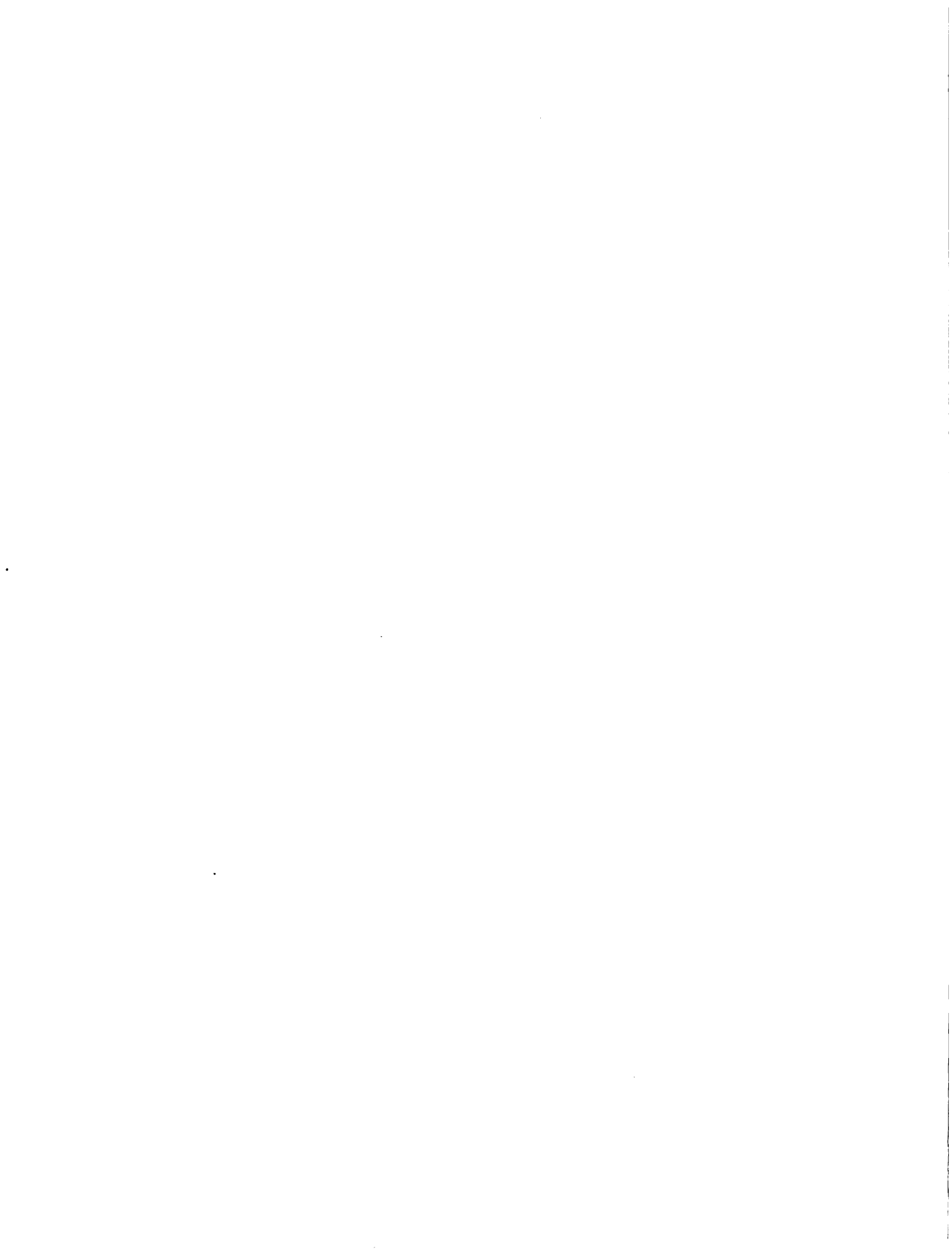




Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<ul style="list-style-type: none"> <li>- A nível Estadual (Unidades Técnicas de 8 Estados)</li> <li>• Orientação técnica na elaboração dos subprojetos do PAPP (em 1992 foram elaborados um total aproximado de 160 subprojetos)</li> <li>• Treinamento em Serviço das equipas das UT's Estaduais nas áreas técnicas relacionadas com gestão de empresas associativas de pequenos produtores e agricultura irrigada</li> <li>• Apoio à reestruturação técnico-administrativa das UT's para adaptá-las às novas orientações do PAPP, principalmente na fase de implementação dos subprojetos</li> <li>• Apoio à implementação de projetos de agricultura irrigada</li> <li>• Realização de consultoria de curto prazo nas seguintes áreas: elaboração de projetos, diversificação de modelos de produção, comercialização, mobilização e organização de</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<p>produtores, cooperativismo, engenharia hidráulica, estudos de solos, drenagem, organização e manutenção de perímetros e organização e operação de sistemas de irrigação.</p> <p>o Contribuição é apresentação dos primeiros subprojetos para financiamento do BIRD aos Estados de Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Ceará</p> <p>o Contribuição aos aspectos de organização para a produção nos subprojetos</p> <p>o Revisão de propostas de modificações e treze projetos de irrigação estudada em diferentes níveis do evento</p> <p>o Recomendações para o Projeto de Lei de Recursos Hídricos de Bahia</p> <p>o Aplicação de metodologias para a elaboração dos subprojetos de PAPP, em todos os Estados</p> <p>o Realização de 2 cursos sobre irrigação, um deles para 25 técnicos do PAPP, com a intervenção do CIDIAT (Centro Interamericano de Desenvolvimento de Águas e Terras - Mérida, Venezuela), e outro para 16 técnicos do CEBRAE, Pe.</p>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>o Apoio ao Banco do Nordeste do Brasil para o planejamento e execução de ações de crédito para o Desenvolvimento Rural</p>	<p>BNB</p>	<p>Apoio ao fortalecimento institucional, técnico-normativo e capacitação de recursos humanos para a implementação de programas e projetos de desenvolvimento rural</p>	<p>O BNB é responsável pela administração de Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. O orçamento anual do FNE atinge US\$ 400 milhões, dos quais cerca de 40% destinam-se ao financiamento de atividades de pequenos produtores rurais. O êxito da implementação do FNE depende da eficiência e eficácia da ação do BNB, especialmente das suas equipes técnicas, tanto no sede com em suas agências localizadas nos 10 Estados do Nordeste. Nesse sentido, o BNB precisa, prioritariamente, desenvolver de forma adequada os seguintes instrumentos: i) estratégia de desenvolvimento rural centrada no crédito; ii) métodos e técnicas de planejamento e programação para aplicação dos recursos disponíveis; iii) programa de capacitação de técnico capacitado para identificar, elaborar e avaliar projetos de desenvolvimento rural; e iv) programa para a formação de especialistas em</p>	<p>A contribuição mais importante deste projeto foi para o fortalecimento técnico do sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas de crédito implementadas pelo Departamento de Crédito Rural (DERUR) do BNB, financiadas com recursos do FNE. Neste sentido, as ações de cooperação técnica incidiram nas seguintes áreas: i) capacitação do pessoal; ii) organização e operação do sistema de acompanhamento e avaliação do projeto; iii) melhoramento dos procedimentos e padrões para análise do projeto; iv) organização de um banco de dados sobre tecnologias apropriadas e disponíveis para o pequeno produtor rural; e v) formulação de novos programas de crédito, participadamente para a geração de emprego e renda.</p>



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
			transferência de tecnologia	<p>e Formulação do Plano de emergência de gestão de emprego e renda, que será financiado através do Fundo de Desenvolvimento Regional do BNB</p> <p>e Elaboração de proposta para organização e operação do sistema de acompanhamento da assistência técnica aos projetos de desenvolvimento rural financiados pelo BNB</p> <p>e Promoção de treinamento e capacitação de técnicos em relação à coopeeração horizontal com outros países ou assuntos ligados ao desenvolvimento rural</p>	
				<p>e Organização do processo de estruturação de um inventário de tecnologia e banco de dados</p>	
				<p>e Formulação do diagnóstico para o melhoramento dos procedimentos e padrões de análise no BNB na área de projetos de crédito rural</p> <p>e Preparação do roteiro para elaboração e análise de pequenos projetos de crédito rural, visando a padronização das informações solicitadas pelo Banco</p>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>o Cooperação técnica à Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco (CODEVASF) para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</p>	<p>CODEVASF</p>	<p>Apoiar o fortalecimento institucional, a modernização técnico-administrativa e capacitação dos recursos humanos da CODEVASF para o desenvolvimento de agricultura irrigada</p>	<p>A problemática a ser enfrentada para o desenvolvimento da agricultura irrigada no Vale do São Francisco, no que concerne à cooperação técnica do IICA à CODEVASF, situa-se em dois âmbitos: por um lado, está relacionada com a necessidade de modernização institucional e técnico-administrativa da própria instituição, orientando ações destinadas a incidir sobre os níveis de planejamento estratégico e organizacional para superar limitações em áreas como sistemas de informação, comunicação social, definição de oportunidades de investimentos e negócios de iniciativa privada, atendimento da clientela e parcerias institucionais</p>	<p>o Elaboração de informações técnicas e econômicas requeridas para vários projetos</p> <p>o Difusão de tecnologia e apoio direto aos produtores irrigados</p> <p>o Apoio às atividades de organização de produtores</p> <p>o Avaliação e desenvolvimento econômico das organizações de produtores nos perfímetros irrigados</p> <p>o Aplicação e ajustes nos manuais e regulamento de operação dos perfímetros</p> <p>o Apoio técnico a sistemas de controle e avaliação técnico-administrativa e realização de capacitação em administração e operação dos Perfímetros irrigados</p> <p>o Implementado de um banco de dados computadorizado</p> <p>o Apoio às ações de preservação nas áreas dos projetos</p> <p>o Elaboração do diagnóstico dos problemas operacionais nos perfímetros irrigados</p> <p>o Elaboração de diagnóstico de necessidades de reabilitação de perfímetros e os respectivos projetos, bem como normas para formular e avaliar projetos de irrigação e</p>	<p>Os resultados mais significativos do cooperação técnica do IICA à CODEVASF situaram-se nas seguintes áreas: a transferência de tecnologia para o desenvolvimento produtivo dos distritos de irrigação; a desenvolvimento de medidas de organização e gestão, tanto a nível de distrito de irrigação como dos períodos dos beneficiários; iii) capacitação de pessoal técnico e de dirigentes de organização de produtores; iv) planejamento de obras de engenharia de irrigação; e iv) formulação de projetos de agricultura irrigada para financiamento por organismos internacionais</p>
			<p>Por outro lado, o nível dos perfímetros de irrigação, é necessário superar os problemas relacionados ao desenvolvimento produtivo e organizacional desses áreas, para que os beneficiários dos projetos de irrigação se transformem em produtores autônomos, com suas próprias formas de</p>		



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
			<p>gerenciamento sócio-econômico dos perímetros e das parcelas numa inserção vantajosa nos mercados</p>	<p>e cooperação técnica para melhoramento porcelar</p> <p>o Apoio à implantação dos projetos e o desenvolvimento produtivo dos distritos de irrigação</p> <p>o Apoio ao desenvolvimento agrícola dos perímetros, compreendendo a participação nas seguintes atividades: formulação de programa frutícola de CODEVASF; organização do sistema de informações agrícolas; preparação do cadastro frutícola; organização de grupos de produção e elaboração para o tomateiro industrial</p> <p>o Apoio à organização e gerenciamento dos perímetros irrigados, compreendendo atividades tais como orientações técnicas para manejo de irrigação; treinamento em serviço de técnicos e pessoal de nível médio das cooperativas e distritos de irrigação; elaboração de plano de capacitação de pessoal técnico, administrativo e dirigentes das organizações dos produtores nas ações de</p>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<p>O&amp;M; apoio às atividades de transferência de tecnologia nos perímetros irrigados do CODEVASF</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de proposta para gerenciamento auto-sustentável dos Distritos de Irrigação do CODEVASF</li> <li>• Elaboração de proposta de trabalho para a formulação e implementação de um programa de desenvolvimento sustentado do Vale do São Francisco</li> <li>• Treinamento de pessoal em programas de computação para solucionar problemas técnicos no planejamento dos projetos de agricultura irrigada</li> <li>• Aplicação de metodologia de computação para análises financeiras e cálculo de capacidade de pagamento dos projetos</li> <li>• Preparação de documento - Procedimentos para Operacionalizar a Assistência Técnica nos Perímetros Públicos Irrigados do Vale do São Francisco</li> <li>• Formulação do Programa de Suporte Tecnológico do CODEVASF e o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Provistos	Análises dos Resultados
<p>o Cooperação técnica à SENIR e DNOCS para a implementação de Projeto de Irrigação Nordeste I</p>	<p>SENIR/ DNOCS</p>	<p>Fortalecer gerencial, técnicas e operacionalmente a SENIR para implantar e operar os projetos específicos integrantes do Projeto de Irrigação Nordeste I</p>	<p>As instituições do setor público e privado, encarregadas de elaborar e implementar projetos de irrigação no Brasil, particularmente no Nordeste, tem capitalizado grande experiência na formulação de instrumentos programáticos e também na construção de grandes obras de engenharia de irrigação Infelizmente este</p>	<p>o Apoio à implementação do Centro de Tecnologia e Irrigação no Estado de Pernambuco</p> <p>o Apoio à implementação do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) no Distrito de Irrigação de Nilo Coelho</p> <p>o Elaboração do diagnóstico sócio-econômico dos agricultores do Distrito de Irrigação Nilo Coelho e elaboração de documentos descritivos sobre a situação atual</p> <p>o Elaboração de documentos técnicos para apoiar as atividades do Distrito de Irrigação de Nilo Coelho</p>	<p>Embora este projeto envolva também o DNOCS, suas ações mais importantes se orientaram e desenvolveram se principalmente de desenvolvimento da agricultura irrigada a nível nacional, através da Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR). Nesta perspectiva, a cooperação técnica contribuiu para as definições de estratégias e alternativas de políticas de irrigação, nas quais foram estabelecidas as esferas de</p>
<p>o Formulação do Plano Anual de Operação em Cadeirão e São Gonçalo</p>				<p>o Assessoramento na avaliação das despesas de organização e métodos dos perímetros e avaliação de cobrança de água</p>	
				<p>o Apoio técnico na recuperação do perímetros irrigados</p>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação técnica ao Programa Nacional do Irrigação (PRONI)</li> </ul>	SENIR	Orientação e expansão de atividades de irrigação	<p>desenvolvimento gerencial e tecnológico da área de engenharia não ocorreu no campo do desenvolvimento agrícola dos projetos de irrigação, em particular nos chamados públicos. Esta fragilidade se manifesta em componentes tais como: seleção, treinamento e assentamento de irrigantes; organização dos produtores para gerenciamento dos Distritos de Irrigação; produção e comercialização; assistência técnica e transferência de tecnologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio à implementação de 3 Centros de Processamento de Dados na SENIR, DNOCS e CODEVASF</li> <li>Desenvolvimento e implementação de software para monitoria financeira de projetos</li> <li>Capacitação de pessoal técnico e de apoio para operacionalização do sistema de monitoria</li> <li>Preparação de documentação para processos de licitação</li> <li>Estruturação de Unidade de Gerenciamento do Projeto Nordeste I</li> <li>Desenvolvimento dos mecanismos e instrumentos para gerenciamento, monitoria e avaliação</li> <li>Implantado o Sistema de Monitoria e Avaliação</li> <li>Treinamento de pessoal na operação do Sistema de Monitoria</li> </ul>	<p>competências do setor público, federal e estadual e privado. De mesma modo, colaborem eficazmente para a organização e administração de um sistema nacional de planejamento, acompanhamento e avaliação de projetos de agricultura irrigada, em particular para aqueles projetos financiados com recursos externos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação técnica ao Programa Nacional do Irrigação (PRONI)</li> </ul>	SENIR	Orientação e expansão de atividades de irrigação		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecimento Alternativos de estratégias de irrigação pública federal, estadual e privada</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação técnica em programas de agricultura irrigada</li> </ul>	<p>MARA</p>	<p>Apoio e execução dos projetos dos Sistemas de Irrigação por correção</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração do modelo computadorizado de gerenciamento dos projetos com recursos do Banco Mundial em operação</li> <li>Elaboração da estudo setorial sobre assentamento e treinamento de irrigantes na CODEVASF, DNOCS e DNOS</li> <li>Assessoramento na implementação de projetos de pesquisas e transferência de tecnologia</li> <li>Modelos de exportação agrícola nos áreas irrigadas</li> <li>Formulado projeto Nordeste I para financiamento do Banco Mundial</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação técnica em programas de agricultura irrigada</li> </ul>				<ul style="list-style-type: none"> <li>Edição e publicação do Guia de Orientação na Elaboração de Projetos de Irrigação: drenagem e saneamento agrícola e de agricultura irrigada nas áreas de várzeas</li> </ul>	
				<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de Documento técnico com o diagnóstico da mecanização e avaliação dos centros de treinamento nesse tema</li> <li>Apoio aos Estados de Nordeste na preparação de projetos a serem financiados</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
<p>o Apoio ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a modernização Administrativa e a capacitação de seus funcionários na Formulação de Projetos de Desenvolvimento em Áreas de Assentamento</p>	INCRA	<p>o Modernização Administrativa</p> <p>o Formulação e implementação de Projetos de Desenvolvimento em Áreas de Assentamento</p> <p>o Assessoria Presidência do INCRA</p>	<p>Atualmente o INCRA administra com diferentes níveis de intervenção e estágio de execução, 523 projetos de assentamento e 54 de colonização, abrangendo uma extensão total de cerca de 18,5 milhões de hectares e beneficiando aproximadamente 240.000 famílias.</p> <p>Do ponto de vista institucional, o desenvolvimento sócio-econômico e produtivo das populações beneficiárias desses projetos depende da capacidade do INCRA de superar, entre outros, dois problemas centrais: as deficiências e inadequações de sua estrutura técnico-administrativa e a desarticulação de seus quadros profissionais</p>	<p>com recursos do FINSOCIAL</p> <p>o Elaboração de estudos básicos em comercialização e agroindustriais</p> <p>o Estruturação do Grupo de Coordenação e Gerenciamento/DNOCS</p>	<p>Ainda que este projeto tenha sido afetado pelas mudanças institucionais ocorridas no INCRA, que provocaram a reorientação de suas ações, a cooperação técnica do INCA contribuiu significativamente para orientar o desenvolvimento produtivo e gerencial dos projetos de assentamento das áreas reformadas. Esse contribuição, realizada através da execução de projetos específicos em áreas reformadas. Essa contribuição, realizada através da execução de projetos específicos em áreas selecionadas nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil, foi fundamental tanto para o desenvolvimento e a introdução a nível de campo, de metodologias e técnicas de planejamento participativo de projeto, nos quais se considera os inspectores</p>



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
			<p>As deficiências administrativas geram problemas de desinformação, ineficiência e duplicidade de esforços, posto que seu aperfeiçoamento institucional carece do técnicas e equipes modernas capazes de subsidiar adequadamente os processos de tomada de decisões. Por outro lado, as equipes técnicas precisam capacitar-se para a formulação e execução de projetos de desenvolvimento rural, com critérios descentralizados e participativos</p>	<p>- Técnicas de Reflorestamento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos de uso atual e potencial dos solos para 3 assentamentos</li> <li>• Documento referente ao Programa de Desenvolvimento Agropecuario de Assentamentos PRODAPA.</li> <li>• Perfil para financiamento externo e divulgação interna no INCRA</li> <li>• Delimitação e implementação de uma proposta de capacitação dos produtores utilizando a metodologia de aprender-fazendo</li> </ul>	<p>ambientais, como também na concepção e operação de modelos de gestão dos assentamentos pelos próprios beneficiários.</p>
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de metodologias dos laboratórios experimentais para a criação de pequenas empresas rurais</li> <li>• Elaboração de documentos sobre alternativas legais de organização de produtores e de crédito no mercado financeiro do Brasil para pequenas produtoras</li> <li>• Assessoria em Organização de Produtores nos Estados de Goiás, Paraná e Sergipe</li> </ul>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>o Cooperação com o Ministério de Educação na definição de Estratégias e na implementação de políticas de educação formal e não formal para as áreas rurais do país  Início: 20/07/85  Término: 22/04/91</p>	MEC	<p>Trainer e informatizar as equipes das 27 Unidades da Federação no sentido de capacitar técnicos de cada Estado para o planejamento e avaliação de programas de educação rural formal e não formal</p>	<p>As política e programas de educação rural formal e não formal, formulados e executados pelos organismos do setor público e apresentam sérias limitações, de ordem conceitual e metodológica, para se adequarem à realidade do meio rural brasileiro, bastante complexa e diversificada. Este problemática torna-se ainda mais grave quando se analisa a necessidade de trabalhar a realidade rural, na comunidade e na escola, permitindo uma natural integração entre estes; através de processos organizativos-participativos.</p> <p>A limitação mencionada constitui um obstáculo para a promoção de transformações progressivas que incidam na elevação da qualidade de vida e no quadro geral sócio-econômico da população rural.</p> <p>Para viabilizar ações que conduzam progressivamente à superação desse problema é necessária eliminar limitações da seguinte</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Implantação de uma Rede Nacional e uma Rede Local de Planejamento e Avaliação</li> <li>o Elaboração de Programas de Formulação de Políticas Educacionais</li> <li>o Capacitação e assistência técnica às equipes estaduais</li> <li>o Especificação de Programa para elaboração de Políticas Educacionais e Programa SAEF de computação e manuais correspondentes</li> </ul>	<p>Apesar das restrições que este projeto enfrentou, a cooperação técnica deu uma contribuição relativamente importante ao Ministério de Educação e às Secretarias Estaduais de Educação. Essa contribuição repercutiu nos seguintes campos: i) organização de um sistema informatizado de planejamento e avaliação das ações de educação rural; ii) formulação de políticas mediante o desenvolvimento de conceitos, metodologias e técnicas de educação rural formal e não formal, que envolvem a participação das comunidades rurais para adaptar às suas necessidades e particularidades sócio-econômicas; e iii) aplicação e difusão desses conceitos, metodologias e técnicas através de sua execução em projetos específicos de desenvolvimento rural.</p>

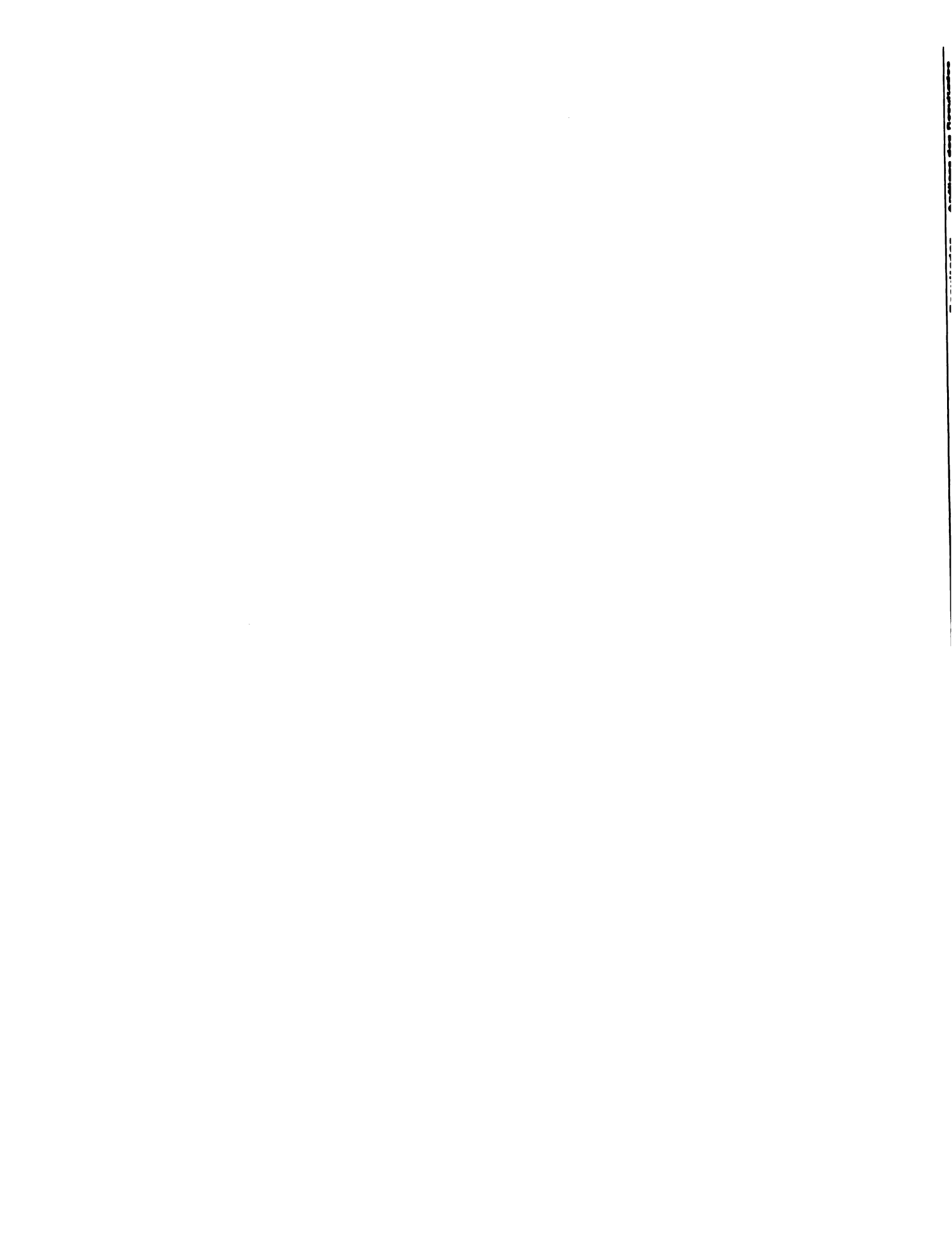


Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>Cooperação com a Secretaria de Educação do Piauí na implementação do programa de educação rural do Piauí</p>	<p>Secretaria de Educação do Piauí</p>	<p>Estudos sobre diagnósticos das Escolas Agrícolas do Estado</p>	<p>natureza: i) desenvolver conceitos e metodologias educacionais que incorporem a participação da comunidade no processo educativo e da escola na comunidade; ii) promover mudanças gradativas na estrutura do sistema de educação rural, tanto a nível municipal, como estadual e central; iii) capacitar tecnicamente tanto nos aspectos pedagógicos quanto administrativo, ao pessoal do sistema educativo, em particular a nível municipal; iv) gerar processos organizativos nas comunidades rurais, baseados nas ações interinstitucionais para apoiar o trabalho educativo (formal e não formal) nas comunidades rurais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Estratégias de ação na área de educação rural</li> <li>o Cursos sobre educação de adultos em Perímetros Irrigados</li> <li>o Participação na divulgação do documento Planejamento Pedagógico Participativo</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
-----------------	----------------------	-----------	-----------------------	---------------------------------	-------------------------

- Proposta sobre assistência técnica nas áreas irrigadas e Estudos de mercado e elaboração do projeto de produção de larvas de camarão
- Modelos de exportação agrícolas nas áreas irrigadas
- Formulado projeto Nordeste I para financiamento do Banco Mundial
- Proposta sobre assistência técnica nas áreas irrigadas
- Estudos de mercado e elaboração do projeto de produção de larvas de camarão



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p>o Cooperação técnica ao BNDES em desenvolvimento Rural</p>	<p>BNDES</p>	<p>o Fortalecimento institucional no planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento rural no Nordeste do Brasil.</p>	<p>O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, é o principal agente financeiro da política de investimentos do Governo Federal no Brasil. A partir de 1982, o Banco recebeu a atribuição de administrar os recursos do FINSOCIAL; e foram aplicados em projetos voltados para a redução da pobreza absoluta e melhoria dos serviços sociais básicos. Com este objetivo, o BNDES apoiava projetos de impacto, beneficiando pequenos produtores rurais, o abastecimento popular, o saneamento simplificado, saúde e outras atividades relacionadas</p> <p>Devido a diversos fatores de caráter institucional, os Estados do Nordeste apresentam uma limitada capacidade na identificação e elaboração de projetos de desenvolvimento rural, que beneficiem diretamente aos pequenos produtores de baixa renda. Em função desse limitação, o BNDES não conseguia aplicar os fundos disponíveis para projetos de combate à pobreza rural</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Identificação assistêndia a grupos técnicas para formulação de projetos enquadráveis para o BNDES</li> <li>o Preparação de material didático para curso de elaboração de projetos</li> <li>o Elaboração de estudos básicos em comercialização agroindústria</li> </ul>	<p>A principal contribuição deste projeto foi viabilizar e internacionalização BNDES as discussões sobre a problemática, as políticas e os projetos de desenvolvimento orientados ao combate da pobreza rural. Este esforço se efetivou através da realização de seminários, produção de documentos, capa-citação de pessoal e elaboração de projetos específicos. O êxito desse trabalho pode ser mensurado pelo fato de, uma vez extinto o FINSOCIAL, o IICA ter sido convidado para prestar colaboração semelhante na implementação do FNE.</p>





Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<p><b>PROGRAMA IV</b></p> <p>o Cooperação Técnica ao MARA para apoiar o Desenvolvimento de Assuntos Internacionais (MARAI)</p>	<p>MARA</p>	<p>Assessoramento na definição e implementação de mecanismos que visem o fortalecimento do Ministério para lidar com as relações internacionais, especialmente, cooperação científica e técnica e cooperação econômica e financeira</p>	<p>o Frágil presença internacional de MAARA em organismos internacionais de financiamento e cooperação.</p> <p>o Baixo nível de capacitação institucional para dar resposta à demanda dos organismos internacionais.</p> <p>o Falta de financiamento para projetos específicos com oferta internacional disponível.</p> <p>o Frágil estrutura institucional para dar resposta à demanda do processo de integração agropecuária do Cone Sul.</p>	<p>o Apoio à Assessoria Internacional do MARA, especialmente nas atividades vinculadas ao CONASUR, bem como a interface CONASUR/ MERCOSUL e o relacionamento com os Ministérios da Agricultura dos países da Região</p> <p>o Apoio à Secretaria de Coordenação do CONASUR</p> <p>o Execução de ações para vincular o CONASUR com o MERCOSUL nas áreas de interesses comuns</p> <p>o Apoiar o intercâmbio de informações entre as contrapartes nacionais</p> <p>o Organização de reuniões do Conselho de Ministros e as reuniões técnicas preparatórias, incluindo a elaboração das agendas e propostas de resoluções.</p> <p>o Ordenamento dos aspectos logísticos e o funcionamento da secretaria e dos serviços gerais, durante as reuniões</p>	<p>o Destacáveis progressos nas respostas necessárias para os processos de integração agropecuária (CONASUR).</p> <p>o Acordos de cooperação técnico-científica com países desenvolvidos como: Itália, França que facilitam o intercâmbio técnico-econômico.</p> <p>o Missões técnicas que permitiram apresentar ofertas de financiamento para projetos específicos de produção como a do bicho de seda, lãcteos etc.</p> <p>o Programa de capacitação da equipe técnica que lamentavelmente não alcançou permanecer na estrutura por falta de financiamento.</p>



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
				<ul style="list-style-type: none"> <li>o Coordenação e apoio às reuniões dos Comitês Técnicos (Saúde Animal e Saúde Vegetal e de Qualidade), incluindo os aspectos logísticos</li> <li>o Seguimento, no âmbito do Brasil, do Projeto de Cooperação CEE e MERCOSUL para a modernização da agricultura no processo de integração regional</li> <li>o Apoio à SNPA e Secretaria de Administração Geral para a formulação de Projetos de Convênio MARR/IBGE/INPE/INCA para aprimorar o sistema e de informações para previsões de safra, com financiamento do Projeto 2726 da Banco Mundial</li> <li>o Apresentação junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores, de propostas de Convênio ABC/INCA, para orientar a disponibilidade de um mecanismo que viabilize ações de cooperação nos Estados do Sul (CODESUL), junto com o Ministério, por demandas originadas da formação de MERCOSUL</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperação ao Programa de Agroenergia do Ministério da Agricultura</li> </ul>	MARA	<p>Conhecer o Banco de Dados na área de agroenergia em organização conjunta com o Programa Nacional de Agroenergia do Ministério da Agricultura</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à SNPA em atividades vinculadas com o funcionamento do Subgrupo de Políticas Agrícolas do MERCOSUL.</li> <li>• Participação em seminários com o setor privado em reuniões do Subgrupo de Trabalho Nº 8</li> <li>• Acompanhamento de apoio as negociações no âmbito de MERCOSUL e da Rodada Unigual de GATT</li> <li>• Assessoramento e acompanhamento ao desenvolvimento das micro-uniões de dendê, plantio e difusão</li> <li>• Assessoramento e acompanhamento ao Programa de Florestas Energéticas e Resíduos Agrícolas como substituto do diesel</li> <li>• Assessoramento e projetos de agroenergia nas áreas de difusão de tecnologia apropriada e edificação rural e identificação do sistema institucional e técnico da agroindústria rural incluindo os sistemas energéticos em uso em 9 Estados do Nordeste</li> </ul>	



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
				<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Assessoramento no funcionamento do sistema integrado de microdestilarias</b></li> <li>• <b>Manutenção e transferência de micro-usinas para Maneaus</b></li> <li>• <b>Elaboração de estudo de mercado sobre lenha e carvão vegetal e florestas energéticas e operacionalização das duas unidades florestais integradas</b></li> <li>• <b>Elaboração de estudos de custos de implementação de pequenas hidroelétricas</b></li> <li>• <b>Estudo de estratégias para intensificar a coleta de informações.</b></li> </ul>	





Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
<b>PROGRAMA V</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento Institucional dos Serviços de Defesa Sanitária Animal do Brasil</li> </ul>	DNDPA/MARA	<p>Apoiar o fortalecimento dos serviços de defesa sanitária animal do Brasil em sua estrutura organizacional e capacidade técnica para formular e implementar programas e projetos de saúde animal com integração regional</p>	<p>A SDSA e LANARA de MARA com o propósito de fortalecer suas estruturas, controlar algumas enfermidades e erradicar a febre aftosa enfrentam dificuldades de tipo seguinte: i) carências e contratos na capacitação básica dos técnicos em defesa animal dos serviços de campo estaduais e federais; ii) deficiências dos processos de planejamento e supervisão dos serviços de campo; iii) falta de capacitação especializada dos técnicos e laboratoristas e iv) dificuldade para o cumprimento de seus compromissos com metas definidas nos planos de integração regional, tanto de âmbito bilateral como trilateral e multinacional, firmados com outros países</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio e promoções e desenvolvimento de programas prioritários de prevenção, controle e erradicação de enfermidades e pragas dos animais</li> <li>Apoio na organização dos serviços de laboratórios veterinários.</li> <li>Realização de Seminário de administração de laboratórios</li> <li>Processamento REDSUR e RILSA; processamento de 14 relatórios de 13 países</li> <li>Elaboração de uma proposta de uma nova estrutura de defesa animal</li> <li>Elaboração do relatório anual sobre vigilância de pestes suínas</li> <li>Realização de levantamento sobre associações de produtores e indústria pecuária e diretório para publicação</li> <li>Elaboração de 8 módulos de capacitação para pessoal de campo e laboratório</li> </ul>	<p>Os Serviços de saúde animal conta com capacidade técnica para executar com eficiência suas funções em planejamento e execução de programas e projetos nacionais de defesa animal</p> <p>Este fortalecimento dos serviços de saúde animal favorece o desenvolvimento do potencial produtivo setor pecuário e o comércio internacional de produtos animais do Brasil, por poder cumprir com maior facilidade com os requerimentos sanitários internacionais para import/export</p>



Nome do Projeto	Instituição Nacional	Objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análise dos Resultados
-----------------	----------------------	-----------	-----------------------	---------------------------------	------------------------

• Apoio ao fortalecimento dos serviços de defesa animal em quarentena e inspeção veterinária

• Apoio ao desenvolvimento dos serviços informatizados dos laboratórios de defesa animal em diagnóstico, controle de alimentos e controle de produtos veterinários



Nome do Projeto	Instituição Nacional	objetivos	Problemas Específicos	Produtos e Resultados Previstos	Análises dos Resultados
<p>o Fortalecimento do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal do Brasil</p>	<p>DNPV/MAARA</p>	<p>Apoiar o fortalecimento da estrutura técnica e organizacional da defesa sanitária vegetal do Brasil</p>	<p>A problemática do sistema de defesa sanitária vegetal no Brasil pode ser caracterizado da forma seguinte: i) desatualização da legislação fitossanitária; ii) indefinição de sistema nacional de defesa quanto a seus componentes; linhas e métodos de ação, fontes de financiamento e relações interinstitucionais; iii) inexistência de um programa nacional de defesa fitossanitária; iv) carência de recursos humanos capacitados; v) deficiência de infra-estrutura; e vi) ausência de campanhas educativas sistemáticas e organizadas sobre temas fitossanitários</p>	<p>o Reestruturada/modernizada a estrutura organizativa, operativa e administrativa do DNPV</p> <p>o A legislação fitossanitária do Brasil foi revisada e adequada</p> <p>o Foi instrumentado o encontro e o funcionamento em sistema de vigilância epidemiológica das principais pragas e enfermidades das plantas no Brasil</p> <p>o Pessoal de sanidade vegetal capacitada em áreas prioritárias</p> <p>o Foi desenvolvido e encontrou-se em funcionamento um sistema nacional de emergência</p> <p>o Instrumentado os meios e compromissos dos programas e projetos multinacionais sobre o Brasil participa</p>	<p>O Serviço Nacional de Sanidade Vegetal contribui para melhorar a competitividade na produção, comercialização, transporte e armazenagem de produtos agrícolas;</p> <p>ii) O MAARA conta com um serviço fitossanitário moderno e eficiente, avaliado pelo nível de capacitação de seus técnicos, a rapidez e eficiência dos trâmites, uma adequada estrutura operacional do campo e laboratórios de diagnóstico e vigilância;</p> <p>ii) O setor privado participa ativamente no sistema de defesa vegetal em condições fitossanitárias favoráveis para melhorar sua capacidade com participação direta nas estações de ensaio fitossanitário e outras atividades de vigilância;</p> <p>iii) Diminuição do risco de entrada de novas pragas e enfermidades das plantas como o pulgão nvoço e o mofo da cerejola e dos efeitos dos resíduos tóxicos</p>



### **3. Imagem e Presença do Instituto no País**

Em 1988, apesar dos problemas e dificuldades emergentes da situação econômico-financeira do País, o que gerou sérios transtornos para o desenvolvimento dos programas de trabalho tanto das instituições oficiais quanto privadas, as relações com os organismos nacionais mantiveram-se em excelente nível, permitindo que as atividades de cooperação técnica tivessem plena continuidade dentro dos convênios em vigência à época.

O relacionamento mais importante a nível federal em termos de cooperação técnica, se efetivou junto ao Ministério da Agricultura já que, através dele, se observaram a consolidação e ampliação de ações junto às:

- a) área de Planejamento do próprio Ministério (SUPLAN) ,
- b) à CEPLAC nos processos de pesquisa Física e Biológica;
- c) à EMBRAPA em etapa de execução de Projeto de Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia na Região Centro-Sul do Brasil - PROCENSUL II.
- d) aos Programas de: agroenergia; reconversão industrial; PROVARZEAS; saúde Animal e sanidade vegetal.

Já a nível de outros Ministérios , Instituições federais, estaduais e/ou de caráter Regional, foram desenvolvidas ações diversas, com prioridade para revisão, reorientação e expansão de diversos acordos de cooperação para:

- a) Apoiar a SUDENE na formulação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento rural para o Nordeste;
- a) Contribuir tecnicamente na elaboração, implantação, supervisão e avaliação de projetos e programas de desenvolvimento rural no Estado da Bahia (SEPLANTEC);
- b) Brindar apoio à Equipe do Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação (PRONI/PROINE);
- c) Cooperar com a CODEVASF, e DNOCS para o desenvolvimento de agricultura irrigada;
- d) Ajudar na implantação de Programa de educação rural junto à Secretaria de Educação do Estado do Piauí;





- e) **Cooperar com o Ministério da Educação (MEC), na definição de estratégias e implementação de políticas de educação rural e não formal para as áreas rurais do país;**
- f) **Cooperar tecnicamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em desenvolvimento rural.**

**Cabe ressaltar a importância da ação de cooperação junto ao BNDES, haja vista tratar-se de uma instituição de caráter financeiro, com profunda capacidade de afetar o direcionamento de recursos para o processo de desenvolvimento rural.**

**A nível internacional se verificou a continuidade do apoio administrativo ao Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) e à Universidade de Cornell. Paralelamente, deu-se também seguimento ao Projeto BIRD-SDSA.**

**Em 1988, a maior ênfase e importância das ações de cooperação pode ser atribuída aos projetos de irrigação. Isso, em função da infraestrutura criada nos próprios projetos ou em outros complementares de pesca e criação e industrialização de camarões, a nível diretivo e operativo dos órgãos conveniados, ou a nível de campo e de produtores como consequência direta da cooperação prestada.**

**Somente em termos de área irrigada, as ações desenvolvidas dentro dos Convênios CODEVASF, PRONI e DNOCS traduziram-se em aproximadamente 300 mil hectares de área cultivada com grãos e fibras, principalmente milho, arroz, feijão e algodão (80 %), hortaliças (15 %) e cultivos permanentes (5 %).**

**Em 1989, as ações de cooperação nos convênios mencionados precedentemente continuaram, apesar de ter-se observado algumas alterações.**

**Foi realizada revisão dos Convênios com SEPLANTEC, PRONI e celebrado novo Convênio com a CODEVASF entanto que, por problemas orçamentários, acabaram o convênio de apoio ao PROVARZEAS e as ações de cooperação junto à Secretaria de Educação do Estado do Piauí. Também, deu-se início ao processo de finalização do convênio com o DNOCS.**

**Em 1990, o Brasil viveu situação de mudanças generalizadas na área política, econômica e institucional. Em 15 de março, foi empossado o novo Presidente da República, aplicando-se um Plano com amplo programa de ajuste conjuntural, envolvendo todos os setores da política fiscal, monetária e econômica e objetivando principalmente o combate à inflação e a retomada do crescimento da economia.**

**Foram realizados ajustes institucionais reduzindo o número de Ministérios, extinguindo algumas entidades e incorporando outras aos Ministérios remanescentes. O Ministério da**



**Agricultura passou a ser chamado de Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) e observou mudanças e ajustes técnicos no decorrer do último semestre do ano.**

**O Escritório do IICA, recebeu pedidos de cooperação técnica de todos os componentes da estrutura do MARA e dos órgãos vinculados. Foram elaborados projetos novos para execução em 1991, sendo que os existentes à época foram revistos e adaptados às novas condições políticas e econômicas.**

**O relacionamento institucional durante 1990, continuou praticamente inalterado quanto à predominância do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária no direcionamento das ações de cooperação técnica.**

**Foi assinado novo convênio de cooperação com a EMBRAPA para execução de serviços de consultoria internacional no âmbito do III Projeto de Pesquisa Agropecuária - BIRD III, levando em consideração a experiência adquirida em outros convênios anteriores como o BIRD II e o PROCENSUL-BID.**

**Os convênios com SUDENE e CODEVASF, passaram por um forte processo de reorientação que ocupou grande parte do ano e da capacidade institucional. Com relação ao convênio com o DNOCS, foi solicitado ao IICA a renovação do mesmo face, principalmente, à aprovação do Projeto Nordeste I por parte do Banco Mundial. Também foi assinado convênio com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para fins de cooperação técnica no tocante ao planejamento e execução de ações de crédito para o desenvolvimento rural. De forma similar ao convênio firmado com o BNDES em sua oportunidade, a ação junto ao BNB se caracteriza pela importância das possibilidades de influenciar no direcionamento da aplicação dos recursos oriundos do Fundo Constitucional para o Nordeste do Brasil (FNE).**

**Durante o segundo semestre de 1990, foram preparados, analisados e aprovados os Planos Gerais de Trabalho para os Convênios com a SNARA e o INCRA, que contaram com os esforços não apenas da equipe técnica do Escritório como também de funcionários do Programa III, incluindo o seu próprio Diretor.**

**Em 1991, o balanço geral demonstrou sérias dificuldades de paralisação e recessão econômica. Apesar do contexto recessivo, o setor agrícola foi contemplado com um plano bastante reforçado por medidas de apoio definidas pela Presidência da República no início do mês de outubro.**

**As políticas para o setor foram fortemente influenciadas pela falta de recursos destinados ao crédito e pelas altas taxas de juros sobretudo, durante o primeiro semestre do ano. O IICA acompanhou os esforços do Governo na aplicação das políticas, principalmente nas áreas de desenvolvimento rural e irrigação, face aos projetos existentes a níveis nacional, regional e estadual.**



**A importância do MARA e suas instituições coligadas continuou prevalecendo no encauzamento das ações de cooperação, verificando-se o desenvolvimento e elaboração de um diagnóstico setorial que permitiria conduzir à geração de políticas, programas e projetos agropecuários. Devem ressaltar-se os esforços e apoio recebidos por parte do CEPPI.**

**O Instituto acompanhou com especial atenção a política de articulação governamental no âmbito regional com os Países da área, face ao processo de integração deflagrado através da iniciativa do MERCOSUL. Também, deu apoio a programas multinacionais como PROCISUR e PROCITROPICOS, para o desenvolvimento das ações e coordenação de apoio às instituições vinculadas às respectivas áreas temáticas.**

**Em 1992 as ações de cooperação técnica passaram a apresentar mudanças quanto aos rumos a serem seguidos. Isso, derivou não apenas da adoção da proposta de estratégia de ação do IICA no Brasil 1992-93, como também de fatos diversos, dentre os quais:**

- a) necessidade de dar início à compatibilização de políticas de ajuste face ao processo de integração regional;**
- b) necessidade de apoiar a formulação e execução de ações tendentes a elevar a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros nos mercados internacionais;**
- c) crescente cobrança social para melhorar as ações de defesa e preservação do meio ambiente.**

**As mudanças na economia e no setor agropecuário implicaram em readequar as ações do IICA para prestar cooperação técnica com viabilidade política e coerência com as políticas e prioridades nacionais. A concertação de prioridades para a cooperação técnica do IICA no Brasil, levou à definição de áreas, quais sejam:**

- a) geração e transferência de tecnologia,**
- b) formulação de políticas para o setor agrícola em articulação com medidas de ajuste macroeconômico e harmonização de políticas no contexto do comércio exterior;**
- c) formulação de planos e programas na área de desenvolvimento rural e cooperativismo, visando apoiar os programas de competitividade e regionalização da produção agrícola;**
- d) desenvolvimento de programas em áreas específicas, que possam requerer tratamento diferenciado, para atenção dos pequenos produtores;**
- e) formulação e implementação de projetos nas áreas de irrigação, com ênfase na**



**organização de produtores, transferência de tecnologia, comercialização e agroindústria;**

- f) formulação de planos e programas em saúde animal e sanidade vegetal;**
- g) fortalecimento do sistema creditício agropecuário através do sistema cooperativista;**
- h) programas e projetos relacionados com o uso racional de recursos naturais e preservação do meio ambiente.**

**O Escritório do IICA no Brasil, favoreceu e privilegiou as ações de integração e a participação em projetos relacionados com o processo de integração sub-regional. O apoio do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária ao CONASUR, assim como a sua decisão de apoiar PROCISUR, PROCITROPICOS e projetos multinacionais são claros indicadores do direcionamento dado às ações de cooperação.**

**Deve lembrar-se que o Representante do IICA no Brasil, desempenhou desde fins de 1991 e até inícios de dezembro de 1992, as funções de Secretário de Coordenação do CONASUR. Isso, significou o desenvolvimento de sérios esforços na utilização dos recursos disponíveis, tanto humanos quanto financeiros, em prol do alcance dos objetivos propostos e dos resultados esperados.**

**Por determinação do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, as relações do IICA com o Ministério, passaram a ser negociadas, em primeira instância, junto à área de assuntos internacionais, tendo-se realizado frequentes reuniões para informação, concertação e consulta sobre as atividades de cooperação técnica ao Ministério e empresas a ele vinculadas.**

**O IICA iniciou processo de relacionamento com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), junto ao Ministério das Relações Exteriores. Paralelamente, buscou-se manter e impulsionar relações com instituições não governamentais (ONGs), tais como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras, Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER), Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (ABID) e Universidades.**

**Finalmente, devem ressaltar-se os esforços realizados pelos Representantes do IICA no Brasil, no sentido de estabelecer e estreitar relacionamento com os meios de comunicação e divulgação. Coroando o trabalho desenvolvido, foi realizado em Brasília, entre os dias 3 e 4 de Agosto, "Seminário sobre integração para a competitividade", o qual contou com o patrocínio conjunto do IICA- Correio Braziliense. Os meios de comunicação e divulgação, não apenas locais como também da imprensa especializada, reconheceram o evento como de real sucesso prevendo-se, por sugestão dos próprios meios de comunicação, a realização de novos seminários em breve.**





#### **4. Dificuldades encontradas para a gestão da Cooperação**

Ao longo do ano de 1988, e para efeitos do desenvolvimento de ações de cooperação técnica, fatos largamente comentados em diversos setores geraram certa preocupação para o IICA, quais sejam a proposta de reforma tributária e a que se chamou de "operação desmonte".

A reforma tributária que praticamente entrou em vigor com a promulgação da constituição de 1988 determinou o repasse de recursos orçamentários do Governo Federal a Estados e Municípios, com a responsabilidade destes atenderem todos os serviços, obras, projetos e programas executados no seu âmbito, bem como o pagamento dos encargos que existissem. Essa nova situação, teve efeitos sobre alguns dos Convênios em que o IICA participava, particularmente no Nordeste, onde se encontravam ações dependentes de Convênio de alcance regional, como era o caso da SUDENE.

Com relação à operação desmonte, determinaram-se cortes nos recursos que deveriam ser repassados aos Estados e Municípios, o que teve reflexos sobre os orçamentos dos próprios Ministérios e gerou grande incerteza e expectativa. Apesar da apreensão, o fato das ações do Instituto serem voltadas para cooperação técnica em área de alta prioridade como é a agricultura, acabou contribuindo para um desenvolvimento praticamente normal dos convênios existentes.

Durante 1989, a Representação do IICA no Brasil fez um esforço para dar um maior conteúdo à cooperação técnica dentro dos convênios e projetos sob a sua responsabilidade. Para tal fim, buscou-se maior complementariedade entre projetos e a identificação de soluções administrativas nas áreas de recursos humanos e financeiros.

Internamente, buscou-se identificar áreas-problema e dar soluções imediatas, enfatizando-se as áreas de contabilidade e finanças. Introduziram-se mudanças significativas na organização de pessoal e foram adotadas ações administrativas para atender melhor aos problemas detectados pela Sede-Central. As limitantes fundamentais relacionavam-se com:

- a) falta de equipamentos de computação para os setores de contabilidade, finanças, pessoal, serviços gerais e secretaria técnica do Representante;
- b) necessidade de integração dos serviços em cada unidade através de apoio externo de consultoria, a custos mais reduzidos;
- c) falta de treinamento em técnicas de computação;
- d) elevados gastos com despesas de pessoal;
- e) relativo isolamento e falta de intercâmbio técnico entre unidades administrativas;
- f) ineficiente controle dos convênios.



No ano de 1990, assumiu o novo Governo apresentando o chamado "Plano Collor", que estabelecia propostas de mudança radical na política a ser seguida, no sentido de diminuir o déficit público, descentralizar as ações e reduzir a participação do Estado em áreas diversas através de incentivos para ocupação de espaços por parte do setor privado.

Entre as principais limitações encontradas durante o ano podem enumerar-se a demora na ocupação dos cargos do primeiro e segundo escalão, dentro das novas estruturas administrativas introduzidas assim como a drástica redução do orçamento e as severas limitações impostas sobre a sua execução.

Os fatos mencionados limitaram a execução das atividades propostas dentro dos projetos vinculados com o Instituto, levando inclusive à demissão de pessoal técnico e também de todas as demais áreas, durante a execução do Programa Operativo e por solicitação das próprias instituições conveniadas.

A situação do Escritório durante 1990 foi complexa face às necessidades de conviver e atuar dentro de um processo extremamente delicado e de adotar uma estratégia, qual fosse a de manter permanente contato com as novas autoridades e buscar aproximação com as instituições para explicar como e em que áreas o Instituto poderia colaborar e brindar apoio.

A partir da mencionada aproximação institucional, o IICA foi chamado para cooperar em diversas áreas do setor agropecuário e especialmente, naquelas que passaram a constituir-se em prioridade, tais como reforma agrária, desenvolvimento rural, assentamentos rurais, crédito, geração e transferência de tecnologia, biotecnologia, recursos genéticos, desenvolvimento regional, comércio internacional e harmonização de políticas.

Em termos de administração de recursos humanos e financeiros, o Escritório cumpriu com os compromissos assumidos apesar das dificuldades econômicas e financeiras dos projetos e da execução do planejado no Programa Operativo. Quanto à cooperação técnica, os objetivos e atividades de vários projetos não puderam ser alcançados na sua totalidade, todavia, contatos com as novas autoridades permitiram definir a continuidade dos projetos revistos.

Os custos dos serviços durante 1990 se elevaram em termos reais, passando então, a adotar-se severas medidas de controle e contenção de despesas nos três últimos trimestres do ano.

Em 1991, a situação inflacionária trouxe não apenas graves implicações na operacionalização das atividades do Escritório como também ocasionou séria redução do poder aquisitivo real dos salários. Apesar da firme intenção governamental, os indicadores econômicos demonstraram uma forte recessão que atingiu praticamente todos os setores, tanto produtivos quanto de serviços.

Os razoáveis resultados observados na produção agrícola explicaram-se apenas pelas boas condições climáticas, apesar da redução verificada nos níveis de utilização de tecnologia, a falta



**de recursos para crédito, tanto para plantio quanto para comercialização e as elevadas taxas de juros que exacerbaram os níveis de inadimplência do setor junto ao sistema oficial de crédito.**

**Já no ano de 1992, às dificuldades de paralisação e recessão econômica deve somar-se a crise política que paralisou a administração do país, levou à instauração de processo de "impeachment" contra o presidente da República e teve como desfecho a sua renúncia nos últimos dias do ano.**

**No transcorrer do segundo semestre, o processo de paralisação das instituições oficiais foi se agravando gradualmente e levando a uma crescente falta de tomada de decisões em todos os níveis. Isso trouxe problemas para o IICA pois houve: falta de definições e/ou adoção de políticas para o setor; falta de seqüência nas ações administrativas em decorrência das substituições de autoridades do Ministério da Agricultura; abstenção por parte das autoridades oficiais, principalmente no tocante a decisões sobre convênios etc. Todos esses fatores acabaram limitando sobremaneira o normal desenvolvimento dos trabalhos do Escritório.**

## **5. Prospectiva do Escritório**

**Em meados de Outubro de 1992, fez-se reunião relacionada com a estratégia de ação da Representação do IICA no Brasil e objetivando buscar uma nova proposta de modelo de cooperação técnica. A partir das principais conclusões e recomendações da reunião, puderam derivar-se algumas idéias com relação a:**

### **1. âmbito político de atuação do IICA, sugerindo-se:**

- a) adotar formas de cooperação técnica que permitam ao IICA-Brasil um crescimento com diversificação geográfica, institucional e temática, desde que haja efetiva capacidade de prestação dos seus serviços e se envidem esforços para manter a excelência de qualidade;**
- b) conhecer efetivamente o marco institucional potencial de atuação do IICA referente aos níveis federal, estadual e regional;**
- c) realizar estudos para definir prioridades de trabalho com o setor privado e ONGs;**
- d) destinar recursos financeiros e técnicos de pré-investimento para promover a oferta de serviços do IICA e atender assim à diversificação geográfica e institucional;**

### **2. estratégia de informação pública, devendo-se:**

- a) concentrar esforços para definir a clientela prioritária, os meios de informação e o conteúdo mais adequado para atendê-la;**



- b) elaborar programa de trabalho articulado entre os programas do IICA, especialmente no tocante a reuniões técnicas e de informação institucional, bem como de documentos técnicos gerados;**
- c) destinar recursos específicos para atuar em conjunto com o programa de trabalho traçado com o Gabinete;**
- d) vincular o Escritório aos bancos de dados e informação técnica assim como as bibliografias existentes;**

**3. capacitação, para o qual dever-se-á:**

- a) estudar e financiar programa de qualidade que permitisse ao Escritório, expandir-se em consonância com o processo de modernização em desenvolvimento nos diferentes países;**
- b) incluir eventos de capacitação, especialmente nos aspectos de sustentabilidade, competitividade, integração e abertura econômica, gerência e gestão de recursos financeiros, agroindústria e cadeias produtivas;**

**Dentre outros aspectos, foram definidos mecanismos gerais de coordenação a partir da concepção de novo modelo de cooperação técnica, quais sejam a criação de uma Junta Assessora e um Comitê de Administração.**

**O trabalho interprogramático deverá ser realizado através de negociação da Junta Assessora, a partir dos objetivos técnicos e de cooperação, definindo-se os resultados esperados, recursos financeiros, etc, sob responsabilidade técnica e gerencial do programa mais intimamente relacionado com o tema e sob a coordenação geral do programa que lidere o projeto principal.**

**Os lineamentos gerais relacionados com as idéias e sugestões visando definir critérios de orientação para a ação do IICA-Brasil, parecem indicar algumas necessidades como as de:**

- a) regionalizar as ações de cooperação**
- b) visualizar o conceito de modernidade sob o ângulo da equidade e buscar paralelamente, compatibilizar as idéias de sustentabilidade com os dois conceitos anteriormente mencionados;**
- c) conceitualizar a competitividade como capacidade de permitir alcançar um sistema econômico estruturalmente competitivo, de formas a que os diferentes setores ou segmentos, possam demonstrar suas capacidades competitivas;**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



- d) o IICA deve contribuir para criar maior capacidade de competir, não apenas através de melhores tecnologias como também ajudando a criar maior capacidade gerencial, administrativa e operativa a todos os níveis;**
- e) a cooperação deverá buscar mecanismos que ampliem as condições de competitividade, no intuito de permitir o ingresso dos seguimentos economicamente menos favorecidos na economia de mercado, através da capacitação empresarial, a organização e integração entre associações;**
- f) dever-se-á preparar as organizações e instituições para atuar nos mecanismos de integração e negociação existentes no intuito de lograr mais ativa e exitosa participação;**
- g) resulta necessário continuar aprofundando, estudando e ganhando liderança em aspectos tais como sanidade, normas técnicas, controle de qualidade, tributação e políticas comerciais;**
- h) o desenvolvimento tecnológico poderá se acelerar através do intercâmbio e transferência horizontal que permita melhorar o nível de modernização e alcançar-se ganhos necessários de competitividade;**
- i) a harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais, deve tender à busca de uma política agrícola comum para a sub-região;**

**Dentre outras, essas idéias gerais derivadas de longas discussões, permitiram delinear a proposta básica para o desenvolvimento das ações de cooperação técnica do Escritório do IICA no Brasil.**

**Face ao processo de abertura econômica e os necessários ajustes a nível federal, considera-se imprescindível atomizar a cooperação técnica a nível de ONGs e Estados, objetivando diminuir os riscos derivados da concentração de fontes de recursos, seja por razões econômicas ou políticas.**

**Deverá priorizar-se o tratamento de temas por cadeias produtivas e para o processo de desenvolvimento no seu conceito mais abrangente e de conjunto, deixando-se de lado a cooperação técnica pontual ou por temas específicos. Basicamente, deverá trabalhar-se sobre a base dos critérios fundamentais de competitividade, sustentabilidade e equidade.**

**Sempre negociando-se com as instituições contrapartes, tentar-se-á eliminar aqueles contratos de pessoal administrativo alocado nos diferentes convênios, na busca de concentração por equipes específicas, com propostas e objetivos próprios.**



**Por outro lado, a cooperação técnica deverá, geograficamente, concentrar-se nas áreas do Nordeste, Centro e Sudeste do Brasil.**

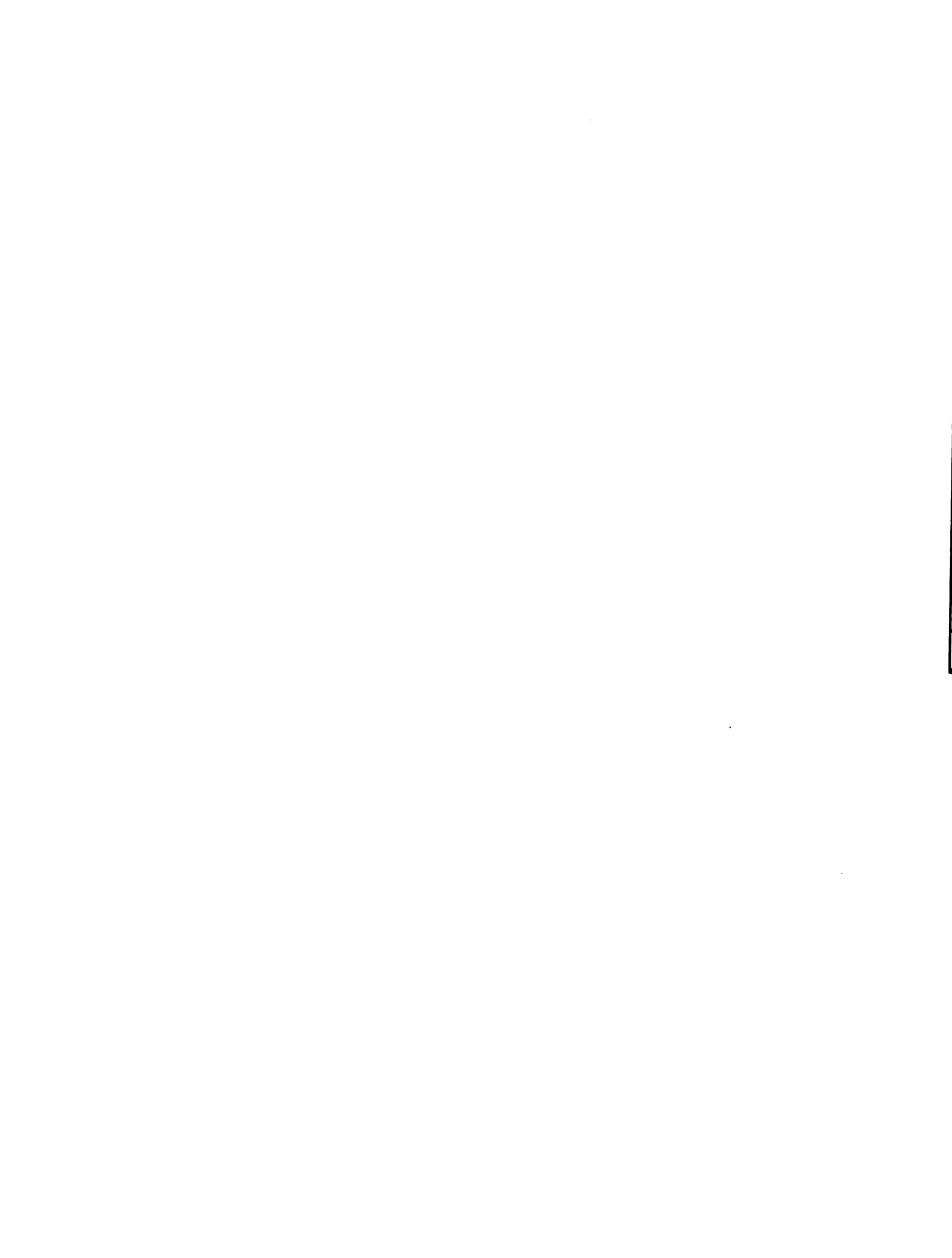
**Assim, deverá prevalecer:**

- a) No Nordeste, o apoio a aspectos de política de desenvolvimento regional, com ênfase específico nos pequenos produtores;**
- b) No Centro, o relacionado com diversificação da produção, conformação de organizações de produtores e aspectos de sanidade;**
- c) No Sudeste, a ênfase será dada para as políticas de reconversão, orientadas a minimizar os efeitos do processo de integração do Mercosul sobre a Agricultura.**

**Sob o ponto de vista organizativo-institucional, surge com ênfase a ação interprogramática, o que reduz a importância das fronteiras dos programas individuais. Nas ações que visam contribuir para os programas de desenvolvimento, passam a considerar-se de forma conjunta, todas as temáticas dos Programas do IICA.**

**A instituição reajustará os seus mecanismos internos de organização, de formas que uma Junta de Coordenação priorize, sob o ponto de vista técnico e político, as ações de pré-investimento. Tais prioridades, deverão basear-se nas necessidades específicas do Brasil, definidas pelas suas autoridades e identificadas através de atualizações do diagnóstico setorial agropecuário, o qual foi legitimado pelas entidades de classe do setor agropecuário e endossado pelas autoridades federais através da aceitação de propostas da Agenda Estratégica para o Setor Agropecuário do Brasil.**

**Quanto à relação com instituições nacionais e especificamente com a EMBRAPA, as prioridades são de trabalhar nas áreas de comercialização tecnológica, descentralização, relacionamento e formas de associação com o setor privado, transferência de tecnologia e extensão rural. Também prioriza-se a definição da política institucional e tecnológica, adequada ao novo referencial dado pelo processo de integração regional.**



## 6. Marco Quantitativo

### a) Distribuição de PPI's por Programa:

#### PROGRAMA I

Nome de PPI's	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Miguel Carrquiry						X

#### PROGRAMA II

Nome de PPI's	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Horácio Stagno	X	X	X	X		
Eduardo Lleras	X	X				
Angel Vivallo	X					
David Eric Evans	X	X				
Martinus Beek	X					
Rufo Bazan					X	
Jorge Ardila						X



**PROGRAMA III**

<b>Nome de PPI's</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>
<b>Carlos Agullar Lyon</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Fidel Maria Braceras</b>						X
<b>Jorge Luis Morandi</b>						X
<b>Jaime Reyes Padilla</b>		X	X	X	X	X
<b>Jesus Reyes Morquecho</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Luis Tejero</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Jorge Sariego</b>						X
<b>Manuel Paulet</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Carlos Nonone</b>		X	X	X	X	X
<b>Carlos Jara</b>						X
<b>Gustavo Lizarraga</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Felix Rata</b>						X
<b>Alejo Lertzund</b>						X
<b>Luis Valdez</b>					X	X
<b>Rodolfo Teruel</b>					X	X
<b>Tomas Backer</b>		X	X	X	X	X
<b>Fabio Velasquez</b>					X	X
<b>Luis Alberto Cuellar</b>					X	X
<b>Juan Carlos Bresciane</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Carlos Furche</b>						X
<b>Eduardo Lui</b>						X
<b>Humberto Arrunatequi</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Valdo Espinoza</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Pierre Harrison</b>					X	X
<b>Carlos Julio Gomes Melo</b>				X	X	X





<b>Jacob Waiselfisz</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Hidelbrando Romero</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Rodolfo Vega</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Jose Aquize</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Alfonso Silva Perez</b>			<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Aminta Ordaneta</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Victor Rone Phillips</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Jorge Zufiga Morgan</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Agustin Millar</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Cesar Willian Fontes</b>				<b>X</b>		
<b>Jaime Marin</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Valdir Gulezo</b>	<b>X</b>					
<b>Gertjan Beckman</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Omar Breves</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			
<b>Pablo Lamprea</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			
<b>Felix Toris</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			
<b>Manuel Argumedo</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>		
<b>Enrique Matute</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			
<b>Jose Aguilar Damaso</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>			
<b>Francisco D. Garra</b>	<b>X</b>					
<b>Juan L. Machado</b>	<b>X</b>					
<b>Carlos Waldir Vieso</b>	<b>X</b>	<b>X</b>				
<b>Gorantla Doraswamy</b>	<b>X</b>					
<b>Jaime Llosa</b>	<b>X</b>					
<b>Roberto Gonzalez</b>				<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>



**PROGRAMA IV**

<b>Nome de PPI's</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>
<b>Miguel Carriquiry</b>						<b>X</b>

**PROGRAMA V**

<b>Nome de PPI's</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>
<b>Michael Bedoya</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Raymond Dugas</b>						<b>X</b>



**b) Atribuição e execução dos recursos segundo fonte de financiamento:****d) ANO 1987**

<b>FONTE</b>	<b>1987 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1987 RECURSO GASTO</b>
<b>a) COTAS</b>	<b>580.741</b>	<b>574.085</b>
<b>b) CATIS</b>	<b>423.816</b>	<b>333.252</b>
<b>c) EXTERNOS</b>	<b>6.676.733</b>	<b>3.612.015</b>
<b>INCRA</b>	<b>7.088</b>	<b>9.857</b>
<b>SUPLAN/SNPA</b>	<b>165.408</b>	<b>131.808</b>
<b>CEPLAC</b>	<b>50.00</b>	<b>29.414</b>
<b>EMBRAPA B.M.</b>	<b>219.439</b>	<b>216.628</b>
<b>BID-PROCENSUL</b>	<b>1.201.000</b>	<b>472.485</b>
<b>PROVARZEAS</b>	<b>502.100</b>	<b>134.878</b>
<b>DNOCS</b>	<b>103.282</b>	<b>62.739</b>
<b>PRONI</b>	<b>805.968</b>	<b>393.153</b>
<b>CODEVASF</b>	<b>429.749</b>	<b>299.335</b>
<b>SUDENE</b>	<b>1.621.328</b>	<b>812.150</b>
<b>PIAUI</b>	<b>90.908</b>	<b>56.757</b>
<b>MEC</b>	<b>389.241</b>	<b>287.166</b>



**II) ANO 1988**

<b>FONTE</b>	<b>1988 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1988 RECURSO GASTO</b>
<b>a) COTAS</b>	<b>581.085</b>	<b>554.917</b>
<b>b) CATIS</b>	<b>341.434</b>	<b>303.479</b>
<b>c) EXTERNOS</b>	<b>7.077.076</b>	<b>4.779.870</b>
<b>SUPLAN/SNPA</b>	<b>170.942</b>	<b>120.069</b>
<b>CEPLAC</b>	<b>140.000</b>	<b>41.803</b>
<b>BID-PROCENSUL</b>	<b>1.395.000</b>	<b>1.087.065</b>
<b>PROVARZEAS</b>	<b>302.216</b>	<b>189.420</b>
<b>DNOCS</b>	<b>125.257</b>	<b>70.595</b>
<b>PRONI</b>	<b>1.200.336</b>	<b>737.772</b>
<b>CODEVASF</b>	<b>507.018</b>	<b>442.961</b>
<b>SUDENE</b>	<b>1.645.051</b>	<b>955.906</b>
<b>PIAUÍ</b>	<b>103.858</b>	<b>75.288</b>
<b>MEC</b>	<b>490.872</b>	<b>325.464</b>
<b>ANDEF</b>	<b>80.000</b>	<b>51.576</b>
<b>EMBRAPA- BIOTECNOLOGIA</b>	<b>100.000</b>	<b>45.407</b>
<b>SDSV</b>	<b>58.500</b>	<b>8.792</b>





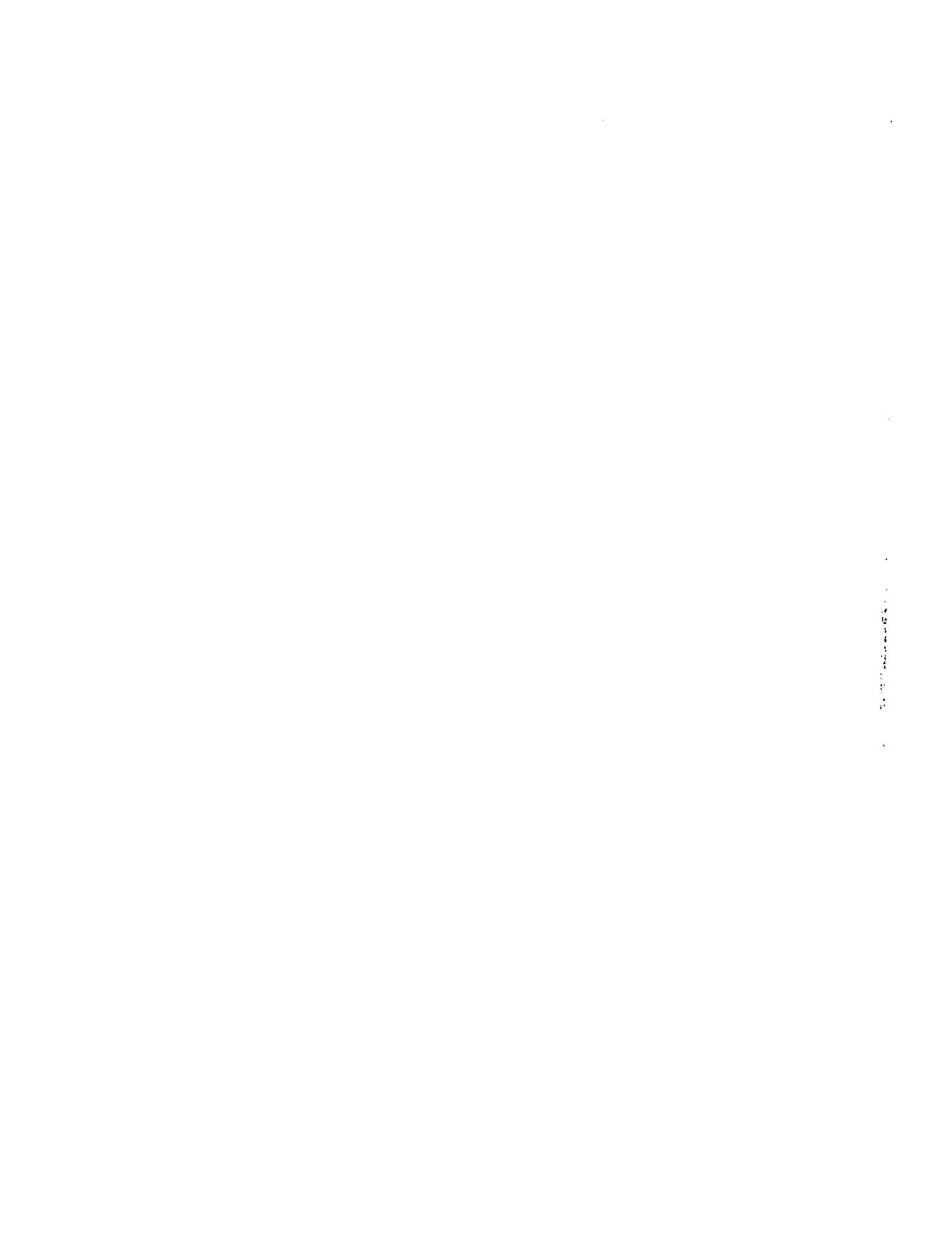
**III) ANO 1989**

<b>FONTE</b>	<b>1989 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1989 RECURSO GASTO</b>
<b>a) COTAS</b>	<b>691.009</b>	<b>689.332</b>
<b>b) CATIS</b>	<b>504.327</b>	<b>438.759</b>
<b>c) EXTERNOS</b>	<b>9.702.096</b>	<b>6.627.904</b>
<b>SUPLAN/SNPA</b>	<b>284.501</b>	<b>160.688</b>
<b>CEPLAC</b>	<b>140.000</b>	<b>78.355</b>
<b>BID-PROCENSUL</b>	<b>1.979.065</b>	<b>1.545.697</b>
<b>PROVARZEAS</b>	<b>338.420</b>	<b>149.179</b>
<b>DNOCS</b>	<b>154.258</b>	<b>125.368</b>
<b>PRONI</b>	<b>1.675.549</b>	<b>1.348.794</b>
<b>CODEVASF</b>	<b>1.280.843</b>	<b>675.127</b>
<b>SUDENE</b>	<b>1.897.612</b>	<b>1.216.224</b>
<b>PIAUÍ</b>	<b>82.858</b>	<b>48.943</b>
<b>MEC</b>	<b>354.842</b>	<b>293.963</b>
<b>ANDEF</b>	<b>129.736</b>	<b>128.882</b>
<b>EMBRAPA-BIOTEC.</b>	<b>51.200</b>	<b>27.271</b>
<b>SDSV</b>	<b>2.969</b>	<b>434</b>
<b>BNDES</b>	<b>80.470</b>	<b>498</b>
<b>SUDENE IRRIGAÇÃO</b>	<b>187.805</b>	<b>109.208</b>
<b>SUDENE/AGROMET</b>	<b>65.554</b>	<b>42.351</b>



**iv) ANO 1990**

<b>FONTE</b>	<b>1990 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1990 RECURSO GASTO</b>
<b>a) COTAS</b>	<b>608.452</b>	<b>634.473</b>
<b>b) CATIS</b>	<b>487.248</b>	<b>372.072</b>
<b>c) EXTERNOS</b>	<b>9.778.934</b>	<b>5.686.232</b>
<b>SUPLAN/SNPA</b>	<b>425.700</b>	<b>291.179</b>
<b>CEPLAC</b>	<b>140.000</b>	<b>47.810</b>
<b>BID-PROCENSUL</b>	<b>2.000.000</b>	<b>1.788.655</b>
<b>PROVARZEAS</b>	<b>44.212</b>	<b>23.604</b>
<b>DNOCS</b>	<b>71.099</b>	<b>69.601</b>
<b>PRONI</b>	<b>1.141.516</b>	<b>120.075</b>
<b>CODEVASF</b>	<b>2.281.335</b>	<b>956.378</b>
<b>SUDENE</b>	<b>1.499.982</b>	<b>1.206.685</b>
<b>BNB</b>	<b>4.000</b>	<b>2.416</b>
<b>MEC</b>	<b>683.122</b>	<b>398.499</b>
<b>ANDEF</b>	<b>69.765</b>	<b>44.326</b>
<b>EMBRAPA- BIOTECNOLOGIA</b>	<b>15.000</b>	<b>6.534</b>
<b>MARA</b>	<b>232.000</b>	<b>139.281</b>
<b>SDSV</b>	<b>2.969</b>	<b>286</b>



v) ANO 1991

<b>FONTE</b>	<b>1991 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1991 RECURSO GASTO</b>
a) COTAS	649.475	693.618
b) CATIS	700.975	447.902
c) EXTERNOS	12.450.658	6.457.092
SUPLAN/SNPA	359.990	309.541
EMBRAPA/BIRF	1.150.000	294.500
BID-PROCENSUL	1.700.000	990.060
SNARA	2.645.000	1.052.314
DNOCS	89.601	43.977
PRONI	200.000	95.613
CODEVASF	819.240	625.653
SUDENE	1.221.140	789.433
BNB	588.000	132.885
MEC	332.632	306.170
ANDEF	202.557	71.860
MARA	894.884	215.323
INCRA	1.552.400	1.161.703



**vi) ANO 1992**

<b>FONTE</b>	<b>1992 RECURSO ATRIBUIDO</b>	<b>1992 RECURSO GASTO</b>
<b>a) COTAS</b>	<b>799.528</b>	<b>702.713</b>
<b>b) CATIS</b>	<b>726.659</b>	<b>447.534</b>
<b>c) EXTERNOS</b>	<b>13.476.966</b>	<b>6.075.956</b>
<b>NOVO SUDENE</b>	<b>1.873.310</b>	<b>528.052</b>
<b>EMBRAPA/BIRF</b>	<b>1.270.000</b>	<b>461.353</b>
<b>BID-PROCENSUL</b>	<b>676.000</b>	<b>444.601</b>
<b>SNARA</b>	<b>2.027.437</b>	<b>1.464.031</b>
<b>DNOCS</b>	<b>113.644</b>	<b>108.334</b>
<b>PRONI</b>	<b>832.600</b>	<b>258.201</b>
<b>CODEVASF</b>	<b>1.136.750</b>	<b>443.989</b>
<b>SUDENE</b>	<b>481.000</b>	<b>557.173</b>
<b>BNB</b>	<b>402.504</b>	<b>176.862</b>
<b>MARA</b>	<b>1.000.000</b>	<b>428.385</b>
<b>ANDEF</b>	<b>90.000</b>	<b>69.717</b>
<b>INCRA</b>	<b>1.696.741</b>	<b>730.237</b>











